

CGTP
INTERSINDICAL NACIONAL

PRESS BOOK

Revista_Imprensa_16_Setembro_2021

Revista de Imprensa

1. Gastos de 100 MEUR, Correio da Manhã, 16/09/2021	1
2. Governo fala em reforço de mais 29 mil, Correio da Manhã, 16/09/2021	2
3. 745 mil sem médico de família, Correio da Manhã, 16/09/2021	3
4. Jerónimo nega acordo escondido, Correio da Manhã, 16/09/2021	4
5. Correio da saúde, Correio da Manhã, 16/09/2021	5
6. Patrões também querem escalões no IRC e IVA a 10% nos restaurantes, Diário de Notícias, 16/09/2021	6
7. Pagamento de abonos de família está atrasado, Diário de Notícias, 16/09/2021	7
8. Oito milhões "para esturricar" na Dielmar, Inevitável, 16/09/2021	8
9. Lisboa perdeu 154 médicos de família neste ano, Jornal de Notícias, 16/09/2021	9
10. Deficientes querem reforma aos 55 anos, Jornal de Notícias, 16/09/2021	10
11. Provedora de Justiça denuncia atrasos no abono de família, Jornal de Notícias, 16/09/2021	11
12. Costa confia num ano letivo "sem sobressaltos", Jornal de Notícias, 16/09/2021	12
13. Colégios têm turmas inteiras em isolamento nos primeiros dias, Jornal de Notícias, 16/09/2021	13
14. Patrões pedem escalões no IRC e redução no IVA, Jornal de Notícias, 16/09/2021	15
15. Patrões fazem pressão para um alívio fiscal, Negócios, 16/09/2021	16
16. A cor do dinheiro, Negócios, 16/09/2021	21
17. Fiscalistas defendem, mas reduzir impostos será pouco provável, Negócios, 16/09/2021	22
18. Fundos comunitários permitiram um aumento anual médio do PIB de 1,3%, Público, 16/09/2021	24
19. Lisboa já perdeu 154 médicos de família, Público, 16/09/2021	25
20. Sinais de retoma forte dão mais margem para o OE2022, Público, 16/09/2021	26
21. Atrasos no pagamento do abono de família põem "em causa a equidade social", Público, 16/09/2021	29
22. CIP quer Fundo Ambiental a atenuar aumento do preço da energia, Público, 16/09/2021	30
23. Afinal, vamos pagas mais ou menos impostos?, Visão, 16/09/2021	31
24. A solidez da retoma portuguesa, Visão, 16/09/2021	32
25. Ministério Público alerta não se sabe quem controla a base de dados do SEF, Diário de Notícias, 16/09/2021	39
26. Ensino artístico especializado. "O ME recusa-se a resolver este problema", Inevitável, 16/09/2021	41
27. Eduardo Cabrita desculpabiliza ministério de festejos sportinguistas, Inevitável, 16/09/2021	42

28. Despedidos oficialmente 137 trabalhadores da Galp, Jornal de Notícias, 16/09/2021	44
29. Santander. Despedimento contestado, Jornal de Notícias, 16/09/2021	45
30. Hilton de 40 milhões em Gaia cria 100 empregos, Negócios, 16/09/2021	46
31. Patrões pedem IVA de 10% na restauração e isenções no trabalho extra na agricultura, Público, 16/09/2021	47
32. Mudança do TC passa agora, mas arrisca chumbo na votação final, Público, 16/09/2021	48
33. Os precipitados do costume, Público, 16/09/2021	51
34. Sete temas para oito líderes Fica para o próximo (presidente de câmara), Público, 16/09/2021	52



PROGRAMA IVAUCHER

Gastos de 100 M €

COMERCIANTES ♦ Restauração, alojamento e cultura beneficiam da vantagem dada aos consumidores

RAQUEL OLIVEIRA

A devolução do IVA aos consumidores, apenas nos dois primeiros meses do programa IVAucher, representa para os comerciantes vendas de cerca de 100 milhões de euros. O número foi avançado ontem pela equipa das Finanças, numa sessão de esclarecimento promovida pela Ordem dos Contabilistas Certificados, para demonstrar a vantagem para os comerciantes da adesão ao programa.

Os cálculos foram feitos a partir dos números provisórios de junho e julho que apontam para uma devolução de IVA de cerca de 50 milhões de euros, faltando ainda o mês de agosto. “Considerando que estes 50 milhões só podem ser usados para pagar até 50% das faturas, estamos a falar de 100 milhões que vão ser gastos nos comerciantes que aderirem ao programa”, sublinhou Bernardo Sousa Reis, da equipa do se-



JOÃO MOUTA / LUSOPRESS

Verba
200
milhões de euros é valor da dotação do Governo para esta medida de incentivo ao consumo

cretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Mendonça Mendes.

Trata-se de uma iniciativa que estimula o consumo, beneficiando consumidores mas também os comerciantes. “Estamos a dar um incentivo a que os consumidores consumam naqueles setores específicos”, sublinhou. Ou seja, na restauração, alojamento e cultura.

A utilização do IVA gasto entre junho e agosto exige a utilização de um cartão bancário. ♦



SNS

Governo fala em reforço de mais 29 mil

■ O secretário de Estado da Saúde destacou ontem o reforço de recursos humanos no Serviço Nacional de Saúde (SNS), que, desde 2015, conta com mais de 29 mil profissionais, incluindo 5500 médicos, dos quais 3300 especialistas – entre eles 650 de medicina geral e familiar – e 2200 internos em formação. António Lacerda Sales frisou ainda que estes “números dizem tudo sobre o maior reforço de sempre do SNS”, salientando que o Governo vai continuar a recrutar em função das necessidades. ●



LISBOA E VALE DO TEJO

745 mil sem médico de família

Com uma subida de 21% no espaço de um ano, há 745 mil utentes sem médico de família atribuído nos centros de saúde da área da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Luís Pisco, presidente da ARSLVT, explicou que “entre janeiro e agosto saíram 154 médicos”, dos quais “92 se reformaram e 45 rescindiram o contrato”. Nos próximos dois anos, mais 200 médicos serão aposentados. “Entre 2009 e 2019, entraram 1013 médicos de família e saíram 1355.” Numa perda total de 342 médicos, com impacto maior no ano de 2014, com 196 saídas e apenas 53 entradas”, explicou Luís Pisco, que ontem foi ouvido no Parlamento, sobre a falta de médicos de família na região. ●



Falta de clínicos em Lisboa



ORÇAMENTO DO ESTADO 2022

JERÓNIMO NEGA ACORDO ESCONDIDO



Líder do PCP visitou a Escola Básica Zeca Afonso, na freguesia de Pinhal Novo

G O secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, visitou ontem um bastião comunista, Palmela, onde afirmou que “não há contradição nenhuma” entre as críticas que faz ao PS, em campanha, e as negociações sobre o Orçamento do Estado de 2022, sublinhando que “não há acordo escondido” com o PS.

“Naquilo em que é possível convergência”, o partido “procura a convergência, naquilo em que existe diferença e divergência, o PCP não acompanha o Governo”. “Não há aqui nenhum tabu”, frisou o líder do PCP. Jerónimo de Sousa reafirmou que o compromisso do PCP é com a população e que não há um “compromisso formal”

com o PS. No entanto, advogou, “isto não significa qualquer quebra de diálogo que é necessário em relação a matérias como o Orçamento”.

Jerónimo aproveitou ainda para assinalar o arranque do ano

COMUNISTAS CRITICAM DESINVESTIMENTO NO PARQUE ESCOLAR

letivo, visitando a Escola Básica Zeca Afonso, na freguesia de Pinhal Novo, cuja reabilitação tinha de ser feita pelo Governo, mas onde acabou por ser a autarquia a investir 400 mil euros. Para os comunistas, o Executivo tem de colmatar este desinvestimento no parque escolar. ●



**CORREIO
DA SAÚDE**
Miguel
Guimarães



BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS

5 em 29

O novo centro de saúde de Algueirão-Mem Martins dificilmente poderia ser mais atraente. O edifício tem condições fantásticas. Foi esta a unidade que visitei ontem, a propósito dos 42 anos do SNS, saindo com a prova de que as paredes não chegam. Para todo o agrupamento de centros de saúde de Sintra foram abertas 29 vagas para médicos de família e apenas 5 foram preenchidas - apesar de formarmos todos os anos 500 novos especialistas em medicina geral e familiar, muitos optam por sair do SNS. Só na Unidade de Cuidados de Saúde Personalizados que visitei, 30 mil dos 45 mil utentes ali

ATUALIZAR CONDIÇÕES DE CARREIRA NO SETOR PÚBLICO

inscritos não têm médico de família, o que se traduz em mais pressão sobre quem escolhe este local e uma sensação de frustração mesmo em quem acaba de chegar. Por mais que se faça, continua muito por fazer, apesar da excelência e dedicação dos médicos que lá trabalham. Há claramente um efeito bola de neve. Os edifícios com más condições empurram os médicos de saúde para outros projetos, mas uma inauguração também não resolve tudo. É preciso ir à essência e atualizar as condições de carreira que se oferecem no setor público para contratar equipas com dimensão suficiente para haver um trabalho diferenciador e motivador. Ignorar isso é desprezar as pessoas. ●



Patrões consideram que as propostas apresentadas são "exequíveis, realistas, e que têm em conta a conjuntura" atual.

Patrões também querem escalões no IRC e IVA a 10% nos restaurantes

OE 2020 Confederações empresariais dizem que não pedem "a Lua". Progressividade no imposto sobre lucros das empresas é "discutível" e de efeitos limitados, avisa fiscalista.

TEXTO MARIA CAETANO

As confederações empresariais pedem, para 2022, um desagravamento de impostos que coloque o IRC a 15% para todos os negócios com matéria coletável até 100 mil euros e a taxa intermédia do IVA nos 10%, três pontos percentuais abaixo do que é praticado na restauração.

Sem análise de impacto para estas medidas, num pacote de 20 que apresentam ao governo e partidos para inclusão no próximo Orçamento do Estado, os representantes dos patrões nacionais dizem não estar a "exigir a lua" e falam em "propostas exequíveis, realistas, e que têm em conta a conjuntura", segundo o atual porta-voz rotativo do Conselho Nacional de Confederações Patronais (CNCP), João Vieira Lopes.

A redução do IVA, dizem, "tem custos perfeitamente suportáveis". Mas será uma medida de grande impacto. Tanto mais, que vem acompanhada do pedido de redução para

a taxa intermédia do IVA aplicado a bebidas alcoólicas e não alcoólicas vendidas em restaurantes, cafés e pastelarias.

Já no que toca ao IRC, as propostas mantêm a taxa máxima de 21%, mas apenas para matéria coletável acima dos dez milhões, criando três escalões para aplicar independentemente da dimensão das empresas. Além dos 15% para matéria coletável até 100 mil euros, prevê-se uma taxa de 18% entre esse valor e o de dez milhões. A ideia é ainda reduzir a tributação dos grandes lucros, isentando valores até cinco milhões da derrama estadual e reduzindo a taxa máxima aplicável para 7%. Na tributação autónoma a veículos de empresas também se pretende aumentar o número de escalões e reservar a taxa máxima de 35% apenas para veículos acima de 60 mil euros.

A ideia de criar escalões no IRC não é pacífica, embora a derrama estadual já funcione nessa lógica, e

há mesmo quem admita a sua possível inconstitucionalidade. "A Constituição não prevê um imposto sobre as empresas progressivo, é proporcional. A progressividade só está prevista para o IRS, o que significa que é discutível que se possa criar ou desenvolver, aprofundar a

Constituição não prevê um imposto progressivo sobre as empresas. O imposto sobre as empresas é proporcional. A progressividade só está prevista para o IRS", alerta fiscalista Nuno Cunha André.

progressividade do IRC", defende Nuno Cunha Barnabé, um dos coordenadores de direito fiscal da Abreu Advogados.

Para o fiscalista, "o IRC não tem uma finalidade redistributiva" e o escalonamento pretendido pode trazer desvantagem competitiva na atração de grandes multinacionais, ao mesmo tempo que tem efeitos diminutos para a "esmagadora maioria" das empresas nacionais. Só 43% pagavam efetivamente imposto em 2019. "O efeito prático será termos as empresas tanto mais tributadas quanto mais lucrativa for a sua atividade. É um desincentivo à produção de riqueza", entende.

Por outro lado, as medidas são vistas como "extemporâneas", ao remeterem o desagravamento eventual para 2023, quando for liquidado o IRC de 2022, sem responder ao atual quadro de dificuldades trazidas pela pandemia. É "politicamente difíceis" de gerir no parlamento, ao gerarem efeitos no termo da

CNCP

Principais objetivos das propostas

Custos de contexto
Pede-se a revogação da entrega de ficheiros SAF-T, dispensa de certificação de regularização do IVA por contabilistas externos ou entrega de inventários valorizados.

Redução de impostos
Pede-se a extinção do pagamento especial por conta, além das reduções de IRC, IVA e IRS.

Capitalização de empresas
O CNCP quer mais deduções para reforçar capitais próprios, reinvestir lucros, prolongar o crédito fiscal extraordinário ao investimento e amortizar goodwill com compra de participações noutras empresas.

Reforço de tesourarias
Destacam-se a proposta as prestações para IRC, IVA, e entrega de IRS, de reembolso de IRC para prejuízos em 2021, e créditos de imposto por despesa associada à pandemia. E de as dívidas ao fisco e Segurança Social deixarem de vedar acesso a concursos públicos.

atual legislatura e início de novo ciclo eleitoral.

O especialista da Abreu aponta a outras medidas do pacote da CNCP, com maior potencial imediato. Desde logo, a proposta de dedução de prejuízos fiscais de 2021 aos lucros apurados em anos anteriores (*tax losses carry back*). Seria a medida de maior impacto, logo a seguir à descida da taxa intermédia de IVA, que para Nuno Cunha Barnabé é "pouco realista". "Se uma medida como o *carry back* dos prejuízos for implementada, podemos imaginar que tudo o que foram atividades que tiveram prejuízo e tinham pago IRC no ano anterior vão ter um crédito do Estado do IRC que pagaram", diz. "O nosso contexto temporal é de prejuízos, não de lucros", lembra.

A criação de um regime especial de pagamento a prestações de IRS, IVA e IRC, sem juros ou exigência de garantias, proposta pelo CNCP, também é vista como uma medida eficaz de alívio, implicando apenas receita adiada que não deixará de ser cobrada. A proposta dos patrões inclui ainda alargamento de deduções fiscais para o investimento e reforço de capitais próprios, além de incentivos à compra de participações sociais (amortizações de Goodwill até 5% ao ano).

Mas as medidas abrem a porta a uma redução nas contribuições sociais, com impacto apenas no setor da agricultura. As confederações patronais propõem a isenção de IRS e de contribuições sociais para o trabalho extra agrícola, até ao limite de 200 horas anuais.

maria.s.caetano@dinheirovivo.pt



Pagamento de abonos de família está atrasado

A Provedora de Justiça alertou em comunicado para um número crescente de queixas relativas a atrasos significativos na atribuição do abono de família e pede à Segurança Social celeridade. Refere que as queixas prendem-se com a atribuição do abono de família pré-natal e a atribuição inicial ou reavaliação do escalão de rendimentos do abono de família para crianças e jovens. Em 2020 deram entrada 183 queixas sobre estes assuntos e até ao final do primeiro semestre de 2021 foi já ultrapassado o total do ano anterior, após o recebimento de 196 queixas. Estes atrasos comprometem não apenas o recebimento atempado do abono de família, mas também o acesso a outros apoios sociais dirigidos às famílias mais carenciadas, nomeadamente, a Ação Social Escolar, a atribuição de bolsas de estudo, a majoração do subsídio de desemprego e a tarifa social de eletricidade.



Oito milhões “para esturricar” na Dielmar

CASTELO BRANCO Rui Rio teceu críticas ao Governo pela forma como atuou no caso da empresa Dielmar, fundada em 1965 e localizada em Alcains. “Temos um Governo que meteu lá à volta de oito milhões de euros sem ter monitorizado esse dinheiro. Por um lado, não apoia as empresas, por outro mete oito milhões numa empresa para esturricar, no sentido em que agora está falida”, disse Rio em Castelo Branco.



Lisboa perdeu 154 médicos de família neste ano

São 745 mil os utentes na região sem clínico. Nos próximos dois anos aposentam-se mais 200

Joana Amorm

jamorim@jn.pt

ACESSO O número de utentes sem médico de família atribuído nos centros de saúde da esfera da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS LVT) aumentou em 21%, contando-se, em agosto face a período homólogo do ano passado, um total de 745 mil sem clínico. Sendo que, segundo o presidente daquela ARS, “entre janeiro e agosto saíram 154 médicos”, dos quais “92 reformaram-se e 45 rescindiram o contrato”. Sabendo-se que nos próximos dois anos deverão aposentar-se mais 200 clínicos.

Luis Pisco foi ouvido ontem no Parlamento, a pedido do Bloco de Esquerda, sobre a falta de médicos na região. Com foco nas saídas: “Entre 2009 e 2019, entraram 1013 médicos de família e saíram 1355”. Numa perda total de 342 médicos, com impacto maior no ano de 2014, com 196 saídas e apenas 53 entradas.

MAIS 92 MIL INSCRITOS

Acresce que, por via dos fluxos migratórios, Lisboa continua a ser dos poucos concelhos a ganhar população, como os últimos Censos demonstram. De acordo com dados do Portal da Transparência do SNS, o número de utentes inscritos na região aumentou 2% – mais 92 mil. Contudo, o de utentes sem médico de família agravou-se em 21%. A pandemia, sublinhou, não ajudou.

Face aos dados, os deputados questionaram o presidente da ARS LVT sobre a capacidade formativa e a baixa atratividade da mesma. Isto porque, no último concurso, venceu a deputada do PSD Sandra Pereira, “mais de metade das vagas ficou por preencher”. Segundo Luis Pisco, “a especialidade tem-se tornado

cada vez mais difícil, com uma população muito envelhecida e com casos cada vez mais complexos, afastando possíveis candidatos”.

O presidente da ARS LVT precisou, ainda aos deputados, “terem sido construídos mais de 50 centros de saúde nos últimos anos, em extraordinária colaboração com as autarquias, estando previstos mais 14, nomeadamente na cidade de Lisboa”. Com a pressão a manter-se sobre os recursos humanos: “Nos próximos dois anos, teremos cerca de 100 médicos de família a reformarem-se ao ano em Lisboa e Vale do Tejo, o que é bastante”. Luis Pisco sublinhou que ARS tem conseguido contratar grande parte dos médicos que se aposentam, além de contar com “muitas horas contratadas com empresas”. Adiantando estar em vigor um “protocolo com algumas misericórdias no sentido de contratar prestação de serviços”.

INCENTIVOS

Recuperação de consultas iniciada em agosto

Lançado há meio ano pelo Ministério da Saúde, o programa de incentivos para recuperação de consultas presenciais à noite e ao sábado só arrancou na ARS LVT em agosto passado. Segundo Luis Pisco, concorreram “cinco dos 15 Agrupamentos de Centros de Saúde, num total de 15 equipas”. Não adiantando dados de atividade recuperada, o presidente da ARS LVT explicou aos deputados que o foco está na recuperação de “rastreamentos oncológicos, nomeadamente cancro do colo do útero e cólon e reto”.



Deficientes querem reforma aos 55 anos

Protesto hoje na Assembleia da República, no dia em que Governo revela estudo que quantifica impacto da medida



Jorge Falcato, ex-deputado do BE, preside ao Centro de Vida Independente

Delfim Machado
sociedade@jn.pt

SEGURANÇA SOCIAL O Centro de Vida Independente organiza hoje uma ação de protesto pela redução da idade da reforma dos cidadãos com deficiência para os 55 anos. O protesto é às 14 horas em frente à Assembleia da República, no dia em que o Governo também deve anunciar as conclusões do estudo que quantifica o impacto orçamental da medida. A redução estava plasmada no Orçamento de Estado de 2020, mas só agora parece ter condições para avançar.

À hora do fecho desta edição, sabe o JN, estava a ser ultimado o envio, para a Assembleia da República, do estudo que revela quanto custa reduzir a idade da reforma das pessoas com deficiência dos atuais 66 anos e seis meses para os 55 anos. A Secretária de Estado da Igualdade deverá anunciá-lo hoje e traçar os vários cenários possíveis para a diminuição da idade da reforma dos contribuintes com deficiência e respetivos impactos orçamentais.

A reivindicação é antiga e o estudo deve ser divulgado no dia em que o Centro de

Vida Independente, organização sem fins lucrativos que trabalha para aumentar a independência dos cidadãos com incapacidade, tem o protesto agendado para a Assembleia da República para denunciar o atraso na aplicação da medida.

É que a definição de condições de acesso à reforma para pessoas com deficiência já estava plasmada no artigo 75.º da lei do Orçamento do Estado para 2020, onde se lê que o Governo “define condições de acesso à reforma para as pessoas com deficiência,

NEGOCIAÇÃO

BE aponta que é uma das condições para aprovar OÉ

A inclusão do artigo 75.º na lei do Orçamento do Estado aconteceu por proposta do Bloco de Esquerda, que recentemente reiterou que “o Governo já teve tempo para estudar e, portanto, é essencial que no próximo Orçamento as pessoas com deficiência possam ter acesso à reforma antecipada”, disse Catarina Martins.

com entrada em vigor até final de 2020”.

A mesma lei estabelece que o Governoteria de estudar um regime de acesso antecipado “para beneficiários que tenham incapacidade igual ou superior a 60%, pelo menos 55 anos de idade e que, à data em que completem essa idade, tenham 20 anos civis de registo de remunerações relevantes para cálculo da pensão, 15 dos quais correspondam a uma incapacidade igual ou superior a 60%”.

Jorge Falcato, ex-deputado do Bloco de Esquerda e presidente do Centro de Vida Independente, afirma que “em muitas incapacidades há uma diminuição da esperança média de vida” e que isso “deve ser tido em conta”. Aquela organização defende a redução nos termos da lei de 2020, mas diz estar “disponível para discutir outras” propostas desde que o processo não fique comprometido.

Na escadaria, os protestantes estarão “a velar simbolicamente o cadáver imaginário de um trabalhador com deficiência que morreu sem ter tido a oportunidade de gozar um único dia de reforma”, revela Jorge Falcato. ●



Provedora de Justiça denuncia atrasos no abono de família

APOIOS SOCIAIS Até junho deste ano, a provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, recebeu 196 queixas sobre os atrasos na atribuição do abono de família, número que já ultrapassa o total de queixas do ano passado (183). As queixas referem-se aos atrasos na atribuição do abono de família pré-natal e a atribuição inicial ou reavaliação do escalão de rendimentos do abono de família para crianças e jovens. A Provedora de Justiça pede à Segurança Social celeridade na apreciação dos requerimentos uma vez que condicionam o acesso a outros apoios.



Costa confia num ano letivo “sem sobressaltos”

Primeiro-ministro diz que a “pandemia da covid está controlada”

EDUCAÇÃO O primeiro-ministro afirmou, ontem, que Portugal está num ponto de viragem no controlo da covid-19, salientando a elevada taxa de vacinação entre os portugueses, manifestando-se confiante de que o novo ano letivo vai decorrer sem sobressaltos. António Costa falava no final de uma visita ao Agrupamento de Escolas Dona Filipa de Lencastre, em Lisboa, em que assinalou a abertura do ano letivo pela sexta vez, em conjunto com o seu ministro da Educação.

Num breve discurso, Costa disse que “graças à vacinação se pode considerar que a pandemia da covid-19 está controlada” e que este é o momento “de transmitir um agradecimento muito profundo às comunidades escolares”. “Não deixaram a escola parar mesmo quando a escola teve de fisicamente encerrar para se poder controlar a pandemia. Foi assim em março de 2020 e foi assim outra vez em janeiro de 2021. Foram momentos muito difíceis, mas em que houve um esforço extraordinário, através de todos os meios, para que a escola não abandonasse os seus alunos”, defendeu.

Segundo o primeiro-ministro, Portugal encontra-se agora “num ponto de viragem” e há razões para se encarar “um ano letivo com a confiança de poder decorrer sem sobressaltos ao longo de todo o seu percurso”. ●



Visitou escola em Lisboa



Já há colégios com turmas inteiras em casa

Estar numa aula com um caso positivo é razão para isolar todo o grupo, independentemente da máscara e vacina. Marcelo pede “discurso claro”

Inês Schreck
ines@jn.pt

COVID As aulas nos colégios privados arrancaram há menos de quinze dias e já há turmas inteiras em casa, para consternação de muitos pais. Estar numa sala de aula, mais de 15 minutos, com um caso positivo de covid-19 continua a ser motivo para isolamento profilático, independentemente do uso de máscara ou do estado vacinal. Peritos e governantes reúnem hoje no Infarmed, em Lisboa, e Marcelo Rebelo de Sousa já pediu um “discurso claro” para que as pessoas saibam como vai ser o início do ano letivo, sobretudo se aparecerem “infetados”.

Os casos serão esporádicos (o JN questionou e não teve resposta da Direção-Geral de Saúde), mas, com o início do ano letivo nas escolas públicas, é expectável que aumentem as situações em que turmas inteiras serão colocadas preventivamente em casa. Uma situação que está a suceder na Europa, onde as aulas começaram mais cedo. Em França, o número de turmas isoladas sextuplicou esta semana. Já são mais de três mil.

O JN teve conhecimento de uma escola privada no Porto em que uma turma do primeiro ano foi enviada para casa, na segunda-feira, após um dos alunos ter testado positivo. Tiveram pouco mais de uma semana de aulas presenciais neste início de ciclo. O diretor-executivo da Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) admite ter sido contactado por duas associadas que relataram casos de covid no Pré-Escolar, com consequente isolamento do grupo. Rodrigo Queiroz e Melo entende que ainda é cedo para perceber se estará a haver excesso de zelo por parte das autoridades de

Situação em Portugal

Boletim da DGS de 15 de setembro, com variação face ao dia anterior

Casos confirmados	1 058 347	(+1247)	+0,1%
Casos ativos	35 540	(-449)	-1,2%
Mortos	17 882	(+10)	+0,06%
Recuperados	1 004 925	(+1686)	+0,2%
Internados	527	(-24)	-4,3%
Nos cuidados intensivos	119	(+3)	+2,6%
Em vigilância pelas autoridades	33 352	(-1951)	-5,6%

Por ARS

Variação em número face ao dia anterior

- N.º de casos confirmados
- N.º de mortos



FONTE: DGS-RELATÓRIO DE SITUAÇÃO - DADOS ATÉ 14 DE SETEMBRO - INFOGRAFIA JN



Marcelo e Costa estarão hoje na reunião com peritos

saúde e reconhece que o equilíbrio vai ser difícil. Até porque, “não vale a pena disfarçar, a preocupação dos alunos já não é a mesma de há um ano e, portanto, os comportamentos são diferentes”, refere.

O referencial para as escolas 2021-2022, publicado pela Direção-Geral da Saúde, pouco difere do anterior

no que respeita ao isolamento dos contactos. Todos os contactos de alto risco são sujeitos a medidas de isolamento profilático (14 dias) e testagem, com exceção dos recuperados de covid-19 há menos de três meses. Quanto aos contactos de baixo risco ou contactos de contactos, a indicação é para, após teste negativo,

REGISTO

Infarmed deteta 41 casos de falência de vacina Janssen

O Infarmed detetou 41 casos de “suspeita de falência vacinal” em pessoas que receberam a vacina da Janssen, 36 dos quais graves. Já foram administradas mais de um milhão de doses, correspondendo a uma incidência de quatro casos por 100 mil vacinados. “Foram notificados [até anteontem] 41 casos de suspeita de falência vacinal com a Janssen, dos quais 36 foram classificados como graves”. Desses, “cinco motivaram hospitalização e 31 foram considerados clinicamente relevantes”, tratando-se de pessoas que testaram positivo à covid mais de 14 dias após tomar a vacina.

interromperem o isolamento e retomarem as aulas.

FIM DAS RESTRIÇÕES

Confiante num ano letivo “sem sobressaltos”, António Costa deverá ouvir, esta tarde no Infarmed, os peritos que têm aconselhado o Governo no combate à covid a defenderem o fim de todas as medidas obrigatórias – desde máscaras, a certificados digitais, lotações de espaços e higienização das mãos – no final do mês.

Recorde-se que, em junho, o primeiro-ministro apontou a “libertação total” da sociedade para o momento em que 85% da população estivesse vacinada. Número que deverá atingido na última semana deste mês. Segundo o Expresso, aos peritos restam dúvidas sobre se o fim das restrições deverá acontecer também nas escolas e nos transportes públicos. ●



Procuramos para os nossos clientes internacionais **relógios** Rolex, Patek Philippe, Omega e outros relógios de prestígio

saiba mais: INFO@VALORES.PT VALORES.PT

Valores especializadas em OURO

808 256 737

jn.pt Diário, Ano 134, N.º 107, Preço: 1,80€ Quinta-feira 16.9.2021 Diretor-Geral Editorial Domingos de Andrade / Diretora Inês Cardoso / Diretores-adjuntos Manuel Molinos, Pedro Ivo Carvalho e Rafael Barboza / Diretor de Arte Pedro Pintel

JN
Jornal de Notícias
Fundado em 1888

FALTAM MÃOS PARA APANHAR TANTA AMENDOA
Em Trás-os-Montes jovens recorrem à mecanização **P. 27**

"Big Brother"
Quintino Aires chama "bicha" a concorrente e é afastado pela TVI **P. 37**

At. Madrid 0
F. C. Porto 0

Dragões alcançam empate valioso no arranque da Champions. VAR anula golo a Taremi **P. 4 e 5**

Ponto de honra

Sporting 1-5 Ajax

Leão abatido
Equipa irreconhecível em derrota pesada **P. 4 e 7**

Farmácias já aceitam reservas de vacinas da gripe

Foram adquiridas 700 mil doses para venda e SNS oferece 200 mil aos idosos. Médicos temem doença grave após longo período sem mortes **P. 8**

Colégios têm turmas inteiras em isolamento nos primeiros dias de aulas

Contacto com infetado ainda obriga a restrição, apesar das máscaras e da imunização **P. 9**

Mirandela MP pede 18 anos de prisão para mãe que matou filho autista **P. 22**

Gondomar Preço da água dominou debate das autárquicas **P. 16 e 17**

Luz Fatura sobe mais de um euro em outubro para 933 mil famílias **P. 14**

PUBLICIDADE

DESCOBRIR AS SURPRESAS QUE TEMOS PARA TI

DIA 17 NO VIA CATARINA
DIA 24 NO MAIASHOPPING

100% DESCONTO

EM TALÃO PARA OS PRIMEIROS 50 CLIENTES

*VER CONDIÇÕES NO INTERIOR DA LOJA

NOVA LOJA
17/09
VIA CATARINA

Vilanova



Patrões pedem escalões no IRC e redução no IVA

Confederações empresariais dizem que as suas propostas para 2022 são “exequíveis e realistas”

Maria Caetano

maria.s.caetano@dinheirovivo.pt

OE2022 As confederações empresariais pedem, para 2022, um desagravamento de impostos que coloque o IRC a 15% para todos os negócios com matéria coletável até 100 mil euros, e a taxa intermédia do IVA nos 10%, três pontos percentuais abaixo do que é praticado hoje na restauração.

Sem análise de impacto para estas medidas, num pacote de 20 que apresentam ao Governo e partidos para inclusão no próximo Orçamento do Estado (OE), os representantes dos patrões falam em “propostas exequíveis, realistas e que têm em conta a conjuntura”, segundo o atual porta-voz rotativo do Conselho Nacional de Confederações Patronais, João Vieira Lopes.

PROPOSTA “DISCUTÍVEL”

A redução do IVA, dizem, “tem custos perfeitamente suportáveis”. Mas será uma medida de grande impacto. Tanto mais que vem acompanhada do pedido de redução para a taxa intermédia do IVA aplicado a bebidas alcoólicas e não alcoólicas vendidas em restaurantes, cafés e pastelarias.

Já no que toca a IRC, as propostas mantêm a taxa máxima de 21%, mas apenas para matéria coletável acima dos dez milhões,

criando três escalões para aplicar independentemente da dimensão das empresas. Além dos 15% para matéria coletável até 100 mil euros, prevê-se uma taxa de 18% entre esse valor e o de dez milhões.

Na tributação autónoma veículos de empresas também se pretende aumentar o número de escalões e reservar a taxa máxima de 35% apenas para veículos acima de 60 mil euros.

A ideia de criar escalões no IRC não é pacífica. “A nossa Constituição não prevê um imposto sobre as empresas progressivo. O imposto sobre as empresas é proporcional. A progressividade só está prevista para o IRS, o que significa que é discutível que se possa criar ou desenvolver, aprofundar a progressividade do IRC”, defende Nuno Cunha Barnabé, um dos coordenadores de direito fiscal da Abreu Advogados. Na apreciação do fiscalista, “o IRC não tem uma finalidade redistributiva”. ●

TRIBUTAÇÃO



Nos grandes lucros, patrões pedem a isenção até 5 milhões da derrama estadual e a redução da taxa máxima aplicável para 7%.



Empresários querem IVA a 10% na restauração



ID: 94915268

16-09-2021

PRIMEIRA LINHA ALTERAÇÕES FISCAIS

Famílias sem filhos ainda não recuperaram no IRS

Depois de o primeiro-ministro ter prometido voltar a mexer nos escalões de IRS, simulações da PwC mostram que os contribuintes sem filhos ainda pagam hoje mais imposto do que antes do enorme aumento de Vítor Gaspar. E só algumas famílias com filhos pagam menos.

SUSANA PAULA

susanapaula@negocios.pt

Os contribuintes solteiros e casados sem filhos continuam a pagar hoje mais IRS do que em 2012, antes do enorme aumento de impostos definido por Vítor Gaspar, segundo um con-

junto de simulações da consultora PwC para o Negócios.

A discussão acerca da redução da carga fiscal sobre o rendimento das famílias voltou à agenda depois de o primeiro-ministro, António Costa, ter prometido, numa entrevista, o desdobramento dos terceiro e sexto escalões do IRS, já com o Orçamento do Estado para 2022.

Com esta medida, o chefe do Governo promete aliviar o imposto pago por cerca de um milhão de famílias. Mas o impacto vai de-

7

ESCALÕES DE IRS

De momento existem sete escalões de IRS, mas com as mudanças em cima da mesa o número de escalões deve subir para nove.

pendar das taxas a aplicar nesses escalões, tal como o Negócios escreveu na semana passada.

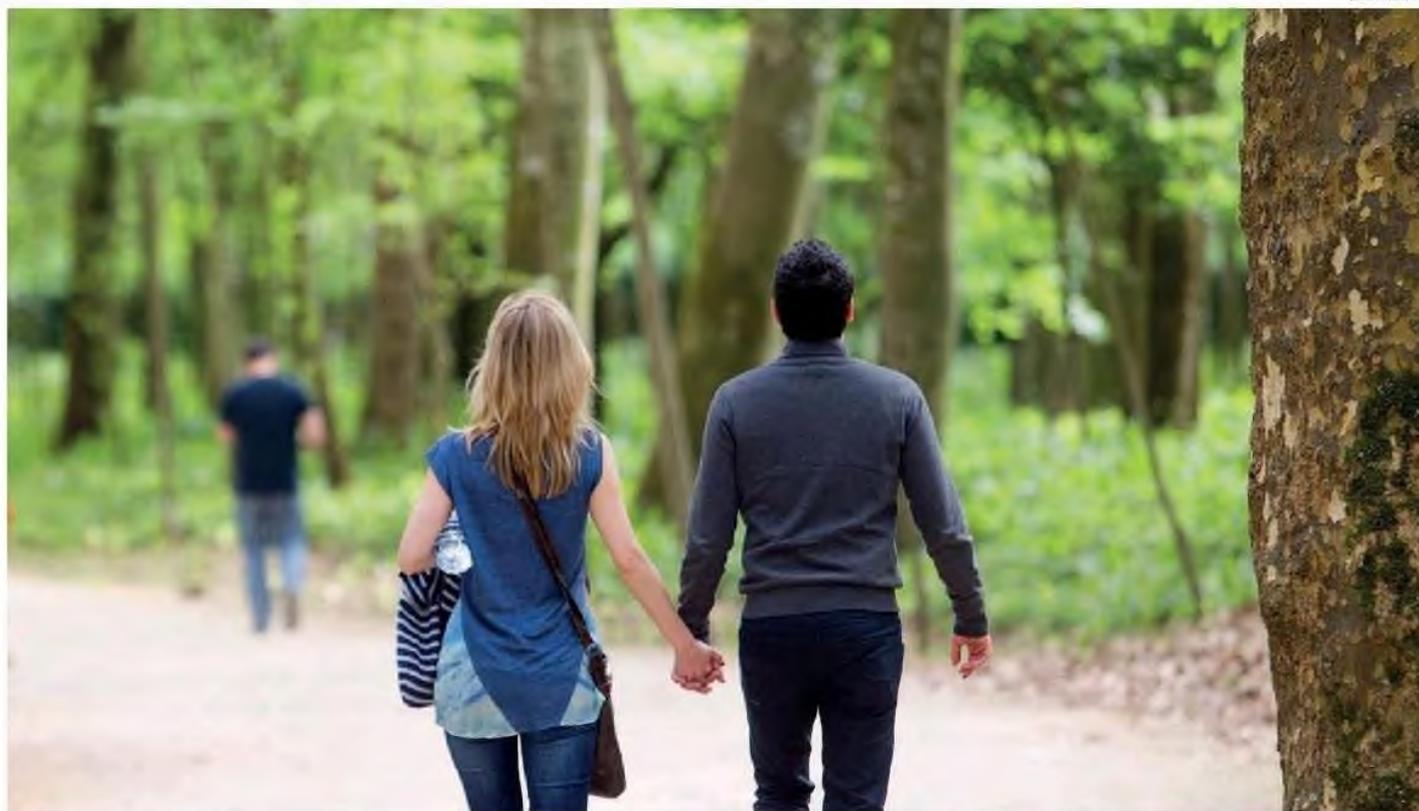
Com este mote, a PwC simulou, a pedido do Negócios, vários casos de contribuintes (solteiro e casado, sem filhos, com um ou dois dependentes e 800, 1.500, 2.000 e 2.500 euros mensais por titular) e concluiu que, "apesar das alterações introduzidas nos últimos anos, o valor do IRS devido em 2021 continua, na generalidade dos cenários analisados, a ser superior ao valor devido em

2012", o ano anterior ao enorme aumento de impostos introduzido por Vítor Gaspar, conclui Bruno Alves, da PwC.

Tanto os solteiros como os casados sem filhos estão a pagar agora mais 12% em média do que antes do aumento de IRS de 2013. Essa diferença varia entre 169 euros e os 390 euros para solteiros e 340 e os 785 euros para casados.

Ainda assim, o IRS devido por estes contribuintes, sejam solteiros ou casados, este ano é inferior (em 12,4%, em média) ao exigido

Ricardo Almeida



Apesar das sucessivas mexidas nos últimos anos, os efeitos do enorme aumento de impostos ainda não estão totalmente diluídos.



nos tempos da 'troika'.

Famílias com filhos já voltaram ao pré-Gaspar "Não obstante, em alguns dos agregados com dependentes, verifica-se a tendência contrária: havendo em 2021 um valor de IRS inferior ao de 2012, o que resulta, essencialmente, do aumento das deduções respeitantes aos dependentes", sublinha o fiscalista Bruno Alves. É o caso dos contribuintes casados com dois filhos: estas famílias desembolsam agora menos IRS do que há nove anos, independentemente do salário bruto que recebem, mostram as simulações.

No entanto, isso não acontece com os casados com um filho. Só os que recebem 800 euros por mês regressaram aos níveis pré-Gaspar. Já os contribuintes na mesma situação familiar mas com ordenados mais elevado continuam a pagar mais imposto.

Ainda assim, a maioria dos contribuintes com filhos está a pagar menos IRS do que em 2012, já que, segundo as estatísticas do Fisco, os casados que recebem até 1.000 euros por mês representam 45% dos contribuintes que pagam IRS.

Recorde-se que, em 2013, em pleno programa de ajustamento, Vítor Gaspar, ministro das Finanças do então Governo PSD-CDS, reduziu de oito para cinco o número de escalões de IRS, alterando também as taxas gerais. Além disso, introduziu uma sobretaxa sobre a parte do salário que excedesse o salário mínimo. Em resultado, o IRS disparou, com um forte impacto direto em muitas famílias.

A partir de 2016, com o Governo PS, e concluído o programa de ajustamento, foram sendo introduzidas medidas de forma faseada (ver tome nota), que fizeram com que a carga fiscal sobre o rendimento das famílias fosse diminuindo. Em todos os exemplos da PwC, embora não tenham regressado aos salários líquidos de IRS de há nove anos, os contribuintes pagam em 2021 menos do que pagavam em 2013, quando entrou em vigor o enorme aumento de IRS. ■

Maioria dos contribuintes com filhos voltou ao IRS pré-Gaspar

Apesar de os contribuintes solteiros e sem filhos continuarem a pagar mais IRS hoje do que em 2012, a maioria dos contribuintes com filhos já regressou aos valores do pré-Gaspar.

SALÁRIO DE 800 EUROS (11.200 EUROS ANUAIS)

Caso de um solteiro sem dependentes a cargo

Este contribuinte paga hoje mais 169,18€ em IRS do que em 2012. O rendimento líquido anual é de 10.421,08€. A conclusão é igual para este contribuinte-tipo, mesmo para outros níveis de rendimentos anuais brutos.

	2012	2013	2021
IRS antes de deduções	870,99€	1.042,36€	1.028,92€
Deduções (pessoais/gerais)	261,25€	213,75€	250€
Sobretaxa	0€	10,71€	0€
Imposto final	609,74€	839,32€	778,92€

Fonte: PwC

SALÁRIO DE 1.500 EUROS (42.000 POR ANO)

Caso de dois contribuintes casados, ambos titulares, sem dependentes a cargo

Estes contribuintes pagam hoje mais 785,50 euros em IRS por ano do que em 2012. O salário líquido no final do ano é agora de 35.258,88 euros. A conclusão é para este tipo de contribuintes, mesmo com outros salários.

	2012	2012	2021
IRS antes de deduções	6.478,12€	7.670,72€	7.241,12€
Deduções (pessoais/gerais)	522,50€	427,50€	500€
Sobretaxa	0€	707,42€	0€
Imposto final	5.955,62€	7.950,64€	6.741,12€

Fonte: PwC

SALÁRIO DE 2.000 EUROS (56.000 POR ANO)

Caso de dois contribuintes casados, ambos titulares, com um dependente a cargo

Estes contribuintes pagam hoje mais 185,90€ do que pagavam em 2012. O salário líquido anual é de 45.404,06€. Com um filho, só os contribuintes com salários de 800€ pagam agora menos IRS do que no pré-Gaspar.

	2012	2013	2021
IRS antes de deduções	11.122,54€	12.323,04€	11.695,94€
Deduções (pessoais/gerais)	712,50€	641,25€	1.100€
Sobretaxa	0€	1.185,30€	0€
Imposto final	10.410,04€	12.867,09€	1.0595,9€

Fonte: PwC

SALÁRIO DE 2.500 EUROS (70.000 POR ANO)

Caso de dois contribuintes casados, ambos titulares, com dois dependentes a cargo

Estes contribuintes pagam hoje menos 61,54€ em IRS do que pagavam em 2012, obtendo um salário líquido de 54.871,50€ no final do ano. A conclusão é semelhante para este contribuinte-tipo, mesmo com outros salários.

	2012	2013	2021
IRS antes de deduções	16.092,54€	17.503,04€	16.828,5€
Deduções (pessoais/gerais)	902,50€	855€	1.700€
Sobretaxa	0€	1.663,17€	0€
Imposto final	15.190,04€	18.311,21€	15.128,5€

Fonte: PwC

TOME NOTA

Quase 10 anos de alterações: o que mudou desde o "enorme aumento" de IRS

Desde o enorme aumento de IRS de 2013, quase todos os anos têm trazido alterações profundas neste imposto: do quociente familiar ao aumento da dedução fixa, passando pelo fim da sobretaxa e o desdobramento dos escalões, entre outras.

2013: MENOS ESCALÕES E UMA SOBRETAXA

O então ministro das Finanças, Vítor Gaspar, anunciou um "enorme aumento" através da redução dos escalões de IRS de oito para cinco (também alterou as taxas gerais). E foi criada uma sobretaxa de 3,5% sobre a parte do rendimento coletável acima do salário mínimo anual (na altura nos 6.790 euros), por sujeito passivo.

2015: REFORMA DO IRS E QUOCIENTE FAMILIAR

Com a reforma do IRS, o "quociente familiar" substituiu o "quociente conjugal" (que era 2, independentemente do número de dependentes do agregado). Com o quociente familiar, cada sujeito passivo tem um peso de 1 e cada dependente e ascendente tem um peso de 0,3. É permitida a tributação separada a contribuintes casados.

2016: DEDUÇÃO FIXA POR FILHO

Com a chegada do PS ao Governo é eliminado o quociente familiar, que era considerado regressivo. O quociente conjugal é reposto e a dedução à coleta sobe de 325 para 550 euros por dependente. Já as deduções por ascendente sobem de 300 para 525 euros.

2017: FIM FASEADO DA SOBRETAXA

Em 2017, numa primeira fase, logo em janeiro, os contribuintes do primeiro e segundo escalões de IRS, com rendimentos entre os 7.091 e os 20.261 euros anuais, deixaram de pagar a sobretaxa. Para os restantes escalões ficou definido um fim faseado da sobretaxa ao longo desse ano, em que os contribuintes nesses patamares foram deixando de fazer retenção.

2018: MAIS ESCALÕES E MÍNIMO DE EXISTÊNCIA

O número de escalões subiu de cinco para sete, tendo sido desdobrados os segundo e terceiro escalões do imposto. Além disso, o mínimo de existência, que determina o nível de rendimento até ao qual trabalhadores e pensionistas ficam isentos de IRS, foi aumentado para que mais pessoas com baixos rendimentos não paguem este imposto.

2019: PROGRAMA REGRESSAR

Foi introduzido um benefício fiscal para atrair ex-residentes e que exclui de tributação 50% dos rendimentos do trabalho que afixaram após o regresso a Portugal. Têm acesso a este regime os emigrantes que voltaram ao país em 2019 ou 2020, tornando-se residentes fiscais a partir desse momento, e que não tenham vivido em Portugal nos três anos anteriores (sob certas condições).

2020: IRS JOVEM

É introduzida uma isenção parcial dos rendimentos do trabalho auferidos por sujeitos passivos com idades entre os 18 e os 26 anos, aplicável nos três primeiros anos de trabalho, após o ano de conclusão de nível de estudos: 30% do rendimento auferido no primeiro ano, 20% no segundo e 10% no terceiro ano, com o limite de 7,5 vezes, 5 vezes e 2,5 vezes o IAS (438,81 euros, no valor atual).



O porta-voz do Conselho Nacional das Confederações Patronais, João Vieira Lopes, apresentou o caderno de encargos para negociar com o Governo.

“Precisamos de um sinal de alívio fiscal para as empresas”

As confederações patronais apresentaram um conjunto de propostas para o OE que dizem ser “razoáveis e moderadas” e que em alguns casos não envolvem perdas de receita e noutros são transitórias, a pensar no pós-pandemia. E pedem um sinal de que haverá algum alívio fiscal.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

Menos IRC, com escalões por rendimento; menos derama estadual; IVA a taxa reduzida também para as bebidas na restauração e uma taxa intermédia de 10% só para 2022; tributações autónomas só para carros de luxo; reforço das medi-

das de capitalização para as empresas. Estas são algumas das propostas apresentadas esta quarta-feira pelo Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP), num caderno de encargos que seguiu para o Ministério das Finanças juntamente com um pedido de reunião com João Leão.

“Queremos sentar-nos à mesa com o Governo, perceber o que é viável entre as medidas que propomos” e explicar que “precisamos de um sinal de que haverá algum tipo de alívio fiscal para as empresas”, explica João Vieira Lopes, líder da Confederação do Comér-

10%

TAXA INTERMÉDIA IVA

Os patrões propõem que em 2022, de forma temporária a taxa intermédia do IVA baixe dos 13% para os 10%, para estimular o consumo.

cio e Serviços de Portugal (CCP) e agora porta-voz do recém-criado CNCP, que, faz questão de sublinhar, reúne “90% do tecido empresarial português”, com exceção da banca e dos seguros – no conjunto são cinco confederações: além da CCP, a CIP, a agricultura (CAP), a construção e imobiliário (CPCI) e o turismo (CTP).

Pela primeira vez os patrões juntaram-se para um caderno de encargos comum e a ideia foi apresentar “propostas moderadas, não maximalistas, equilibradas e, sobretudo, realistas”, diz Vieira Lopes. “Sem a pretensão de serem

100% aprovadas”, mas com a noção de que “muitas poderão ser exequíveis” e “que possam ser um sinal de que o Governo também tem alguma preocupação na carga fiscal das empresas”.

O CNCP não tem cálculos sobre quanto custam as suas propostas – “não dispomos desses dados”, justifica-se –, mas uma das opções foi “apresentar algumas medidas mais conjunturais, pensadas em função das empresas no pós-pandemia e das necessidades expectáveis”.

Uma das principais preocupações tem a ver com o IVA, para o



Pedro Catarino



Estas cinco confederações cobrem mais de 90% do tecido empresarial. Pela primeira vez apresentamos propostas em conjunto e isso é um passo importante num país que vive todo às fatias.

JOÃO VIEIRA LOPES
Líder da CCP e porta-voz do Conselho Nacional das Confederações Patronais



Propostas fiscais para o Orçamento

REDUÇÃO DE IMPOSTOS

● IRC com três escalões de taxa, sem distinção entre PME e não PME, em que o máximo seriam os 21%. Para a derrama estadual a proposta é iniciar uma reversão, começando por abranger apenas as empresas com lucro acima dos cinco milhões de euros.

● Revisão das taxas por forma que a mais elevada, de 35%, incida apenas nas viaturas de valor acima dos 60 mil euros, segmento de luxo.

● Baixar de forma temporária em 2022 a taxa intermédia do IVA, dos 13% para os 10%. Eliminação da restrição de aplicação da taxa intermédia a bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas ou adicionadas de gás na restauração.

CAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS

● Prolongamento do crédito fiscal ao investimento, um benefício fiscal que permitiu a dedução à coleta de IRC de 20% das despesas de investimento em ativos afetos à exploração adquiridos em estado novo efetuadas entre 1 de julho de 2020 e 30 de junho de 2021.

● Propõe-se um aumento da dedução por entradas em capital (no IRC) e o aprofundamento do atual regime de Dedução de Lucros Retidos e Reinvestidos, alargando-o a todas as empresas, até 50% da coleta de IRC e eliminando o limite máximo absoluto do investimento.

REFORÇO DA TESOURARIA

● Para acudir a empresas em dificuldades, os patrões defendem que seja criado um regime especial de pagamento em prestações dos principais impostos (IRS, IRC e IVA) sem vencimento de juros e necessidade de apresentação de garantia.

● Suspensão da regras da situação fiscal regularizada para aceder a concursos públicos. Considerar um valor residual, abaixo dos cinco euros, em que possa ser emitida a declaração, por causa dos erros no sistema.

● Passar para o Fisco o ónus de provar que existiu culpa na atuação dos administradores no caso de insolvência de PME.

Patrões avisam que a prioridade não pode ser baixar o défice

“O necessário esforço de reequilíbrio das contas públicas não se pode constituir, na situação presente, na primeira prioridade da política orçamental” – quem o diz é o Conselho Nacional das Confederações Patronais (CNCP), num documento apresentado esta quarta-feira, com propostas para o Orçamento do Estado para 2022. Apesar de reconhecerem o nível elevado de dívida pública, os patrões pedem ao Governo que não aprobe um Orçamento de austeridade.

“Sendo necessário controlar o atual nível da dívida pública, não estamos certamente em condições de suportar orçamentos austeritários ou marcadamente contracíclicos”, lê-se no documento, que reúne propostas orçamentais conjuntas da CAP, CCP, CIP, CPCI e CTP.

Os patrões argumentam que há condições para fazer uma política pró-cíclica, que impulse o crescimento da atividade económica, já que “não são expectáveis” choques adversos no próximo ano e que a política do Banco Central Europeu (BCE) permite que o país beneficie de taxas de juro “em baixa” no seu financiamento.

“As políticas anunciadas, quer por parte do BCE, quer das restantes instâncias com poder de decisão na União Europeia, dão-nos suficientes garantias de estabilidade e continuidade das mesmas”, frisam, lembrando ainda a política de troca de dívida que tem

vindo a ser levada a cabo pelo IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública.

Por isso, a aposta tem de ser “focada no investimento e no reforço do nosso PIB potencial”, pedem, até porque “é previsível que muitas pequenas e médias empresas venham a abrir falência e a encerrar em consequência da redução da atividade económica”, assumem os patrões.

Mais investimento

Para ajudar a economia a corrigir a divergência com os parceiros da União Europeia, os patrões defendem que é preciso “conjugiar um efetivo controlo da despesa, em que a despesa estrutural e de investimento deve prevalecer sobre a restante, com uma política fiscal amiga do crescimento e do desempenho do tecido produtivo nacional.” Na prática, querem várias descidas de impostos, apoios à capitalização e ajudas à tesouraria das empresas.

Lembram ainda que o estado social só é possível com uma “economia em crescimento e tendo como espaço privilegiado de política a concertação social” e apelam ao compromisso que tinha sido assumido pelo ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, antes da crise pandémica, de dar prioridade ao crescimento no seu mandato.

O apelo chega num momento em que o debate sobre as regras orçamentais da UE está em aberto: Valdis Dombrovskis, vice-presidente da Comissão, reconheceu na semana passada que é preciso dar espaço para os países investirem. Porém, oito Estados-membros, liderados pela Áustria, já se manifestaram contra a suavização das regras.

No Programa de Estabilidade para 2021-2025, o Governo comprometeu-se com um défice orçamental de 3,2% já em 2022, um valor que fica já muito próximo do referencial de 3% do PIB inscrito nas regras orçamentais da UE, mas que ainda não terá de ser respeitado no próximo ano. ■ MP



Não estamos certamente em condições de suportar orçamentos austeritários.

CNCP

Propostas para o Orçamento do Estado para 2022

qual propõem uma descida temporária na taxa intermédia, dos atuais 13% para os 10%, só durante o ano de 2022. Uma medida de incentivo ao consumo a que querem também ver associada uma descida para a taxa intermédia do imposto aplicável na restauração às bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares e águas gaseificadas.

Ao nível do IRC, não reivindicam o plano de descidas que vinha prometido do anterior Governo e que António Costa mete na gaveta – “temos noção de que não haveria condições para isso”, diz Vieira Lopes –, mas apontam para uma taxa máxima de 21% e outros dois escalões, de 15% e 18%, para rendimentos baixos independentemente do setor de atividade. Um sinal para as empresas, a somar à revisão dos escalões do IRS, que também defendem. “A redistribuição é muito importante, mas não basta. Se não derem condições para as empresas serem sustentáveis e produzirem, será apenas criar uma ilusão de que isto vai melhorar”, sustenta o porta-voz do CNCP.

Outro campo no qual também pedem “um sinal” é o das tributações autónomas sobre os veículos ligeiros, um cavalo de batalha habitual nas reivindicações das associações empresariais a cada OE. Desta feita, admitindo que não haja “disponibilidade orçamental para a reformulação e eventual eliminação”, pedem uma mexida nos escalões e que o mais alto abranja apenas carros acima de 60 mil euros. Fonte importante de receita, as tributações autónomas são uma área em que há sempre pouca apetência dos Governos para mexer, mas no ano passado houve alguma redução para as viaturas amigas do ambiente e um desagravamento para as PME que tiveram prejuízos por causa da pandemia.

Os patrões pedem ainda redução de custos de contexto, como a suspensão do envio do ficheiro SAF-T (que em princípio para o ano terá mesmo de avançar), do QR code nas faturas, ou da Declaração Mensal do Imposto do Selo, podendo esta última passar a anual. ■

negócios

Quinta-feira, 16 de setembro de 2021 | Diário | Ano XVIII | N.º 4581 | € 2,70
Diretora **Diana Ramos** | Diretor adjunto **Celso Filipe**

LUÍS TODO BOM

A fraude empresarial destrói a economia de um país

OPINIÃO 25



A. NOGUEIRA LEITE

Deveríamos trocar algum consumo por investimento

OPINIÃO 27



Patrões fazem pressão para um alívio fiscal

Confederações apresentam propostas para OE 2022 | **Três** escalões de IRC e redução da taxa intermédia de IVA estão entre as prioridades | **Famílias** sem filhos ainda não recuperaram do grande aumento de impostos. **PRIMEIRA LINHA 4 a 7**

Publicidade
COIMBRA BUSINESS SCHOOL
ISCAC.pt
PÓS-GRADUAÇÕES
CANDIDATURAS ABERTAS
HTTP://WWW.ISCAC.PT

Ativos digitais

Futebol entra no jogo dos NFT em troca de milhões

MERCADOS 22 e 23

Montepio

Venda de 30% do Finibanco Angola nunca saiu do papel

EMPRESAS 18

Julien Warrand/EPA



O roteiro de Ursula para o futuro da UE

ECONOMIA 9 e EDITORIAL

Estreia no Nasdaq rende 20 milhões a biotecnológica de médico português

HOME PAGE 2

Altri junta-se à Nos e REN na lista de preferidas na Europa

MERCADOS 24

Crise dos contentores mexe com o retalho, mas Natal escapa

EMPRESAS 16 e 17

Publicidade

idealista
O portal imobiliário líder em Portugal

UMA CASA COM VALORES 22 DE SETEMBRO



ID: 94915377

16-09-2021

A COR DO
DINHEIRO**CAMILO LOURENÇO**Analista de economia
camilolourenco@gmail.com

Os portugueses não fazem contas?

O ministro da Educação apareceu ufano a dizer que o Estado gasta 6.200 euros anuais com cada aluno. Brandão Rodrigues não hesitou até em qualificar o tema: um "aumento brutal" face aos 4.570 euros de 2015.

A forma como tratou o tema mostra bem a falta de racionalidade que impera na gestão da educação. Senão vejamos. A confirmarem-se os números, estamos de facto perante um "aumento brutal". Mas isto diz mal do Governo. Porquê? Porque 6.200 euros é um valor mais elevado do que o Estado pagava às escolas com quem tinha contratos... (levando em conta a

correção monetária) ou comparando com a propina atual cobrada por algumas das melhores escolas. Algumas delas conhecidas, como o Colégio Moderno.

Reenemos no tempo. Quando Brandão Rodrigues acabou com as escolas contratualizadas, em 2016, disse que o argumento era o custo. Uma desculpa pífia porquanto os valores (calculados pelo Tribunal de Contas) eram muito próximos. Além de que o ministro nem sequer levou em conta os rácios de qualidade das escolas. Ora, como as propinas anuais de escolas privadas ficam abaixo, ou próximas dos tais 6.200 euros, é caso para pergun-

tar: porque é que o Governo não deixa os pais escolherem a escola onde querem ter os filhos? Se não é uma questão de custo...

A resposta é óbvia: o ministro quer nivelar todos pela mesma bitola, sem olhar para a relação entre a despesa e o seu retorno. E, de forma muito jacobina (típica da extrema-esquerda), decide de modo centralizado, sem dar possibilidade de escolha aos pais.

Se os portugueses fizessem contas, já teriam organizado uma manif para questionar porque pagam tanto dinheiro para terem a qualidade de ensino duvidosa que é ministrada em muitas escolas. ■

ORÇAMENTO PARA AS EMPRESAS

Fiscalistas defendem, mas reduzir impostos será pouco provável



ROGÉRIO F. FERNANDES FERREIRA
Fiscalista e sócio fundador da RFF & Associados

“Orçamento não é o lugar próprio para voos fiscais bem pensados”

Tenho poucas expectativas neste Orçamento, como tenho também menos demais em relação às matérias fiscais. Tenho mesmo o desejo de que este Orçamento não traga nada de verdadeiramente substancial, nem revolucionário, porque não é o lugar próprio para voos fiscais bem pensados e refletidos. Espero sim, que possa conter a despesa pública corrente e que as previsões das receitas, incluindo em especial as fiscais, sejam bem feitas, o que este ano é, aliás, um exercício bem mais difícil do que em anos anteriores.

Gostava, porém, que abrisse a porta a alguma regulação e controlo da carga parafiscal, das taxas e das taxinhas e de muitas outras contribuições laterais já hoje muito relevantes em termos de receita [...]. E era bom também que se promovesse medidas para que os tribunais se apressassem a tomar as decisões que ficaram suspensas e que reduzisse a dívida exequenda que não parou de crescer e que, com o fim das moratórias, não vai deixar de aumentar. Talvez até se justifique, verdadeiramente pela primeira vez, um plano pós-pandémico de regularização extraordinária das dívidas tributárias em fase executiva, libertando os tribunais e também a administração tributária para a recuperação da dívida efetivamente recuperável. Enfim, o que gostava mesmo era que o contribuinte fosse colocado em primeiro lugar!

Talvez se justifique um plano pós-pandémico de regularização extraordinária das dívidas tributárias.



SERENA CABRITA NETO
Sócia da PLMJ na área de direito fiscal

“Medidas para simplificar sistema fiscal nacional”

Não se antecipando uma descida de impostos para as empresas no pós-pandemia, o caminho para a retoma da economia e recuperação do tecido empresarial português deve passar pela aposta na simplificação do sistema fiscal nacional e por medidas que aumentem a tesouraria das empresas.

A introdução de um sistema de consolidação de saldos de IVA (credor e devedor) entre empresas do mesmo grupo é uma medida que, para além do mérito de simplificar os procedimentos em matéria de reembolsos de IVA, constitui ainda um importante instrumento para o aumento da tesouraria das empresas nacionais.

Na mesma linha de simplificação do sistema fiscal português e de aumento da sua competitividade internacional, seria importante estabilizar o regime de dedução de prejuízos fiscais das empresas, procurando eliminar o atual limite temporal de reporte, acompanhando a prática internacional, revendo-se o limite quantitativo em vigor (dedução até 70% do lucro tributável).

Por outro lado, devem ser retomadas as medidas de recuperação de pendências nos tribunais administrativos e fiscais já adotadas por este Governo, apostando-se na simplificação do procedimento e processo tributários.

Devem retomar-se as medidas de recuperação de pendências nos tribunais administrativos e fiscais.



MARTA PONTES
Sócia da área de fiscal da Uría-Menéndez-Proença de Carvalho

“Revisão de regras fiscais que desincentivam o investimento”

Em primeiro lugar, é essencial criar as condições necessárias para que haja lugar a uma redução da carga fiscal que incide sobre empresas e famílias. Essa redução (que pode passar pela redução das taxas de IRC e IRS e até do IVA e de outros impostos, como os impostos sobre combustíveis ou energia, o IMI ou o IMT) contribuiria, desde logo, para um aumento do consumo, que é muito importante para a retoma da economia. A criação, reposição ou reforço de alguns benefícios fiscais relacionados com a realização de investimento e a criação líquida de emprego, aplicáveis à generalidade das empresas (e não apenas àquelas que se situem ou façam investimentos em determinadas áreas geográficas, ou que sejam PME), também me parece fundamental.

Finalmente, a revisão de algumas das regras fiscais que atualmente desincentivam o investimento estrangeiro em Portugal seria igualmente aplaudida. É o caso, por exemplo, das regras relativas ao agravamento da taxa de IMT e IMI aplicáveis às sociedades controladas por entidades residentes em países com um regime fiscal mais favorável. Regras como estas criam barreiras ao investimento de várias grupos internacionais, que investiam em Portugal, através de sociedades portuguesas, que aqui pagavam os seus impostos sobre o rendimento e o património detido em Portugal, e que agora ponderam deixar de fazer tais investimentos.

É essencial criar as condições para que haja uma redução da carga fiscal que incide sobre empresas e famílias.



Com o Orçamento do Estado para 2022 em fase de preparação, o Negócios desafiou um conjunto de fiscalistas a apontar possíveis medidas que considerem importantes para a retoma da economia e da atividade das empresas no período pós-pandemia. Sem grandes expectativas na redução da carga tributária, a simplificação do sistema fiscal e parafiscal – as célebres taxas –, o apoio à recapitalização e os incentivos em sede de IRC são algumas das medidas propostas.

Que medidas de âmbito fiscal podem ajudar à recuperação do tecido empresarial?

JOÃO MALTEZ
jmaltez@negocios.pt



ANTÓNIO PEDRO BRAGA
Sócio da área de fiscal da Morais Leitão



BRUNO SANTIAGO
Sócio da área de fiscal da Morais Leitão



JOANA CUNHA D'ALMEIDA
Sócia responsável pela área fiscal da Antas da Cunha-Eija



TÂNIA DE ALMEIDA FERREIRA
Sócia e coordenadora do Departamento de Fiscal da CCA

“Recapitalização das empresas viáveis [é medida estrutural]”

Quaisquer medidas fiscais a propor devem visar prioridades de política económica de ordem conjuntural, por um lado, e estrutural, por outro. No primeiro grupo está o apoio à retoma dos setores mais prejudicados pela pandemia, designadamente, alojamento, cultura e restauração, que pode passar, por exemplo, pelo alargamento temporal da vigência, aprofundamento e simplificação do IVAucher, redução da tributação autónoma sobre despesas de representação ou mesmo pela introdução de um sistema de crédito fiscal em IRS (por dedução à coleta) cujo montante dependerá da utilização em despesas nos ditos setores. Destinando-se a setores de produção maioritariamente nacional, e aliviando financeiramente as famílias, estas medidas podem mesmo ser tendencialmente neutras em termos de receita. Dentro da perspetiva conjuntural, urge ainda considerar a possibilidade de instituir uma contribuição a quem mais beneficiou com a pandemia: os serviços e as vendas digitais. Esta pode ser uma nova fonte de receita fiscal [...]. Do lado estrutural, a aspiração deverá ser a recapitalização das empresas viáveis e a recompensa das que mantiveram o nível e a qualidade do emprego. Do elenco de medidas possíveis, destacamos a já aventada introdução de um sistema de reporte de prejuízos para diante, incentivos fiscais mais robustos à concentração empresarial e a reintrodução do benefício em IRC à criação líquida de emprego.

Urge ainda considerar [...] uma contribuição a quem mais beneficiou com a pandemia: serviços e vendas digitais.

“Refletir na legislação fiscal realidade das criptomoedas”

Os portugueses pouparam durante a “crise covid-19”, principalmente devido à incerteza causada e aos confinamentos forçados. O aumento da poupança atingiu os 118%, com os depósitos responsáveis por aproximadamente 75% desta subida. Este contexto, complementado pelo facto de Portugal gozar atualmente de uma reputação internacional de jurisdição “friendly” aos investimentos em criptomoedas e criptoativos, torna urgente uma ação concertada a este nível, refletida na legislação fiscal, pela via do Orçamento do Estado.

A pandemia veio exponenciar o mercado digital de cripto, sendo hoje uma realidade com extensões cada vez mais vastas em diferentes economias e por referência a um conjunto mais alargado de ativos e de operações. É este o momento em que Portugal se deve assumir em antecipação a países “concorrentes” nesta matéria, mostrando-se inovador na definição de regras e soluções jurídicas e criando condições que tenham a virtualidade de nos pôr na vanguarda da 4.ª revolução industrial. A apatia fiscal face à inevitabilidade desta nova criptoesfera não só terá o efeito perverso de afastar os investidores como implica perder todos os ganhos de escala daí derivados e que acabarão por se concentrar em economias mais visionárias.

Apatia fiscal face à inevitabilidade da nova criptoesfera terá o efeito perverso de afastar os investidores.

“[Pela] redução faseada da taxa de IRC para 15% até 2023”

IRS - Stock options [remuneração de gestores através de contratos de opções de compra de ações da própria empresa]: criação de um regime de diferimento de tributação para todo o tipo de planos relativos a partes de capital atribuídos aos trabalhadores até ao momento da liquidação financeira (obtenção de cash pelo trabalhador), mesmo que sobre ações de entidades não residentes.

IRC - Perdões de dívida: não tributação de perdões de dívida na esfera dos beneficiários e possibilidade de dedução de custo na esfera dos credores quando as respetivas dívidas se tenham formado ou vencido no período de pandemia e se verificarem nesses períodos, na esfera dos devedores, quebras de faturação superiores a limiares predeterminados, desde que empresa assegure continuação de atividade; perdas por imparidade e créditos incobráveis: flexibilização da dedução de perdas por imparidades e créditos incobráveis relativos ao período de pandemia. [...]; taxa: redução faseada da taxa de IRC para 15% até 2023.

IMI e AIMI - Isenção para os anos de 2021, 2022 e 2023 relativamente a imóveis afetos a atividades que sofreram quebras de faturação superiores a limiares predeterminados, desde que a empresa assegure continuação de atividade. **IVA de Caixa** - Alargamento do regime sem limites de volume de negócios ou exclusão de setores de atividade.

[Deve flexibilizar-se] a dedução [...] de créditos incobráveis relativos ao período de pandemia.



Impacto macroeconómico

Fundos comunitários permitiram um aumento anual médio do PIB de 1,3%

Lúisa Pinto

Estudo sobre a avaliação do impacto do PT2020 apurou um efeito positivo tanto na economia nacional como na convergência regional

Durante os anos em que está em execução o acordo de parceria assinado com Bruxelas, e que resultou no Portugal 2020, isto é, entre 2015 e 2023, o PIB português tem um acréscimo médio anual de 1,3% face ao que apresentaria, se não tivesse havido envelope financeiro. Estes impactos surgem no estudo de avaliação do impacto macroeconómico do Portugal 2020, encomendado pela Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) à Faculdade de Economia da Universidade do Porto, num estudo coordenado por Pedro Mazedo Gil, que aplicou modelos macroeconómicos dinâmicos de equilíbrio geral desenvolvidos pela Comissão Europeia para apurar a dimensão dos efeitos, quer no plano nacional, quer na escala regional.

De acordo com o estudo, o crescimento do PIB face a um cenário sem fundos estruturais é crescente e atinge um máximo de 2,3% em 2022. E, se for analisado a 20 anos, passa a ser de 1,6%, mantendo a tendência decrescente nos anos seguintes.

Em termos acumulados, esta intensidade e persistência traduz-se num efeito multiplicador do PIB de 3,01 até 2033 (0,88 no período 2015-2023 e 1,78 no período 2015-2033). “Ou seja, um aumento do PIB em 3 euros por cada euro de despesa pública co-financiada pelos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEI)”, lê-se no estudo.

Os impactos observados ao nível do PIB, emprego, salários reais e produtividade são fortemente impulsionados pelos investimentos no domínio do capital humano, quer pelo seu peso no Portugal 2020 (e que atinge os 29%), quer pelo seu efeito multiplicador no PIB (superior a 7), e pelo investimento público em infra-estruturas produtivas e de transportes, também pelo seu peso relativo (20%) e efeito multiplicador elevado (2,66).

Outra conclusão do estudo é que 80% dos ganhos nacionais no PIB estão concentrados nas regiões menos desenvolvidas (Norte, centro, Alentejo e Região Autónoma dos Açores).

Apresentado como “um estudo



MÁRIO CRUZ/LUSA

Próximo ciclo comunitário de apoio está agora a ser discutido

sólido”, todos os intervenientes na sessão pública em que ele foi apresentado, ontem, no Porto, recordaram que ele traz “estimativas” e não “impactos reais”.

Preparar o próximo ciclo

Mas traz, sobretudo, vários níveis de informação que permitem aprofundar a análise do que pode e deve ser o próximo ciclo comunitário de apoio, que está neste momento a ser elaborado e discutido. E, nessa matéria, o próprio autor do estudo pede cautelas, ao admitir que os resultados encontrados em termos de multiplicadores surgem sobrevalorizados em programas como o do Capital Humano, que está a executar as verbas do Fundo Social Europeu.

“Nós sabemos que todas as dimensões interagem, porque há reais ligações de complementaridade entre elas. Tendo em conta o modelo aplicado, percebe-se que o Capital Humano foi o que mais impacto teve no crescimento do PIB, mas não adianta desviar os fundos todos para este programa”, sublinhou Pedro Mazedo Gil.

O Governo já anunciou que não pretende fazer numa revolução no modelo, mas uma pequena evolução, que vai deixar a arquitectura do PT 2030 com três programas temáticos e os cinco regionais.

Duarte Rodrigues, vice-presidente da Agência para o Desenvolvi-



Se não fossem os fundos, as nossas dificuldades seriam bem maiores

Duarte Rodrigues

Vice-presidente da ADC

to e Coesão, explicou ao PÚBLICO que os resultados deste estudo podem, e devem, ser cruzados com outras avaliações, menos quantitativas e mais qualitativas, e que a ADC está a executar.

“Este estudo confirma 2/3 do que sabíamos, e revela um terço do que não sabíamos. Mas é surpreendente que, não havendo surpresa nestes números, ainda debatemos se os fundos estão a ser bem aplicados ou não. Se não fossem os fundos, as nossas dificuldades seriam bem maiores. O impacto é positivo também, com uma abrangência regional”, declarou.

O secretário de Estado do Planeamento, Ricardo Pinheiro, sublinhou a importância de aparecer um estudo com todos os níveis de análise nesta fase, e prometeu que o Governo vai olhar para ele com atenção também para a forma como vão ser lançados avisos para executar o Plano de Recuperação e Resiliência.

“Temos de ser ágeis na aplicação de algumas destas conclusões, se queremos melhorar os números e o impacto que os fundos comunitários têm na economia e na vida dos portugueses”, afirmou o secretário de Estado, assumindo a vontade de “correr alguns riscos”, e ver qual é a necessidade de melhorar o capital humano também no tecido empresarial, “de forma a que as duas dimensões se complementem de forma eficaz”.

“É preciso complementar esta avaliação com estudos sectoriais para conseguirmos ter um PT 2030 enquadrado com os que foram os pontos menos positivos do PT 2020”, disse o governante.



Lisboa já perdeu 154 médicos de família

Ana Maia

Presidente da Administração Regional de Saúde estima que se reformem cerca de 100 clínicos em cada ano

Entre Janeiro e o início de Agosto deste ano a região de Lisboa e Vale do Tejo perdeu 154 médicos de família, revelou ontem o presidente daquela Administração Regional de Saúde (ARS). Luís Pisco disse ainda aos deputados, numa audição pedida pelo Bloco de Esquerda, que nos próximos dois anos é esperado que se reformem cerca de 100 clínicos em cada ano.

A falta de médicos de família em Lisboa e Vale do Tejo não é um problema novo. Luís Pisco explicou que em dez anos – entre 2009 e 2019 – entraram na região 1013 médicos de família e saíram 1355. “Perdemos 342 médicos em dez anos”, referiu, acrescentando que a região tem à volta de 2000 especialistas em medicina geral e familiar, mas que nos dois últimos anos esse valor rondou os 1700 a 1800.

“Em 2021, agravou-se toda esta questão dos utentes sem médicos de família”, admitiu o presidente da ARS, ao referir-se às mais de 700 mil pessoas inscritas nos centros de saúde sem um médico atribuído. “Este ano, entre Janeiro 2021 e o início de Agosto, perdemos 154 médicos, 92 por reforma, 45 pediram rescisão de contrato e os restantes por razões menores.”

“Nos próximos dois anos teremos cerca de 100 médicos em cada ano a reformar-se na região, o que é bastante”, afirmou, tendo também em conta o aumento de população imigrante inscrita no SNS nos últimos anos. Falou em cerca de dois milhões de pessoas sem que o quadro pessoal dos centros de saúde tenha sido alargado em consonância com esse aumento populacional. Quanto aos médicos em formação, disse serem 800 na região, que tem uma capacidade formativa de novos especialistas de 166 vagas por ano.

Quanto a soluções, “é sabido que os profissionais gostam de ter boas condições de trabalho”, aspecto que está a ser acautelado com o apoio das autarquias na construção de novos centros de saúde. E há uma aposta nas unidades de saúde familiar, modelo organizativo que implica pagamentos de acordo com o cumprimento de objectivos.



Economia Orçamento do Estado para 2022

Sinais de retoma forte dão mais margem ao Governo no OE

Indicadores de retoma forte do consumo prolongam-se no terceiro trimestre, beneficiando as projecções de crescimento para 2021 e 2022

Sérgio Anibal

Depois de um resultado acima do previsto no segundo trimestre, a economia portuguesa continuou, em Julho e Agosto, a dar sinais de recuperação forte, principalmente do consumo. Um ritmo de crescimento elevado que pode ajudar as contas do Governo para o Orçamento do Estado do próximo ano.

A menos de um mês da apresentação da proposta de Orçamento do Estado (OE), o Governo está a receber, na frente económica, notícias que podem tornar um pouco mais fácil a tarefa de pôr o país mais perto de cumprir as regras orçamentais europeias sem abdicar das medidas necessárias para garantir a aprovação do documento à esquerda.

Em Abril, quando entregou o Programa de Estabilidade em Bruxelas, João Leão apontava para metas de défice público de 4,5% em 2021 e de 3,2% em 2022, que assentavam num cenário em que a taxa de crescimento do PIB se situava em 4% este ano e 4,9% no próximo.

Estas metas do ministro das Finanças foram definidas, contudo, numa altura em que a economia portuguesa saía de mais uma forte decepção provocada pela pandemia. No primeiro trimestre do ano, a retoma tinha ficado novamente adiada, com uma queda do PIB que foi a mais acentuada de todos os países da UE. E isso influenciou as previsões realizadas nessa altura, não só pelo Governo, mas também pelo FMI, que projectou em Abril taxas de crescimento de 3,9% e 4,8% para Portugal, em 2021 e 2022, respectivamente.

Desde esse momento, contudo, o cenário tornou-se bastante mais positivo. No segundo trimestre do ano, com a economia novamente a abrir-se, a economia recuperou de

forma rápida. A variação em cadeia do PIB de 4,9% registada nesse período surpreendeu a generalidade dos analistas. A Comissão Europeia, por exemplo, estava à espera de um crescimento de 3,3%.

Agora, durante o terceiro trimestre, são cada vez mais os sinais de que esta rapidez na recuperação da economia se está a manter. Vários indicadores, especialmente os relativos à evolução do consumo, apresentaram no decorrer de Julho e Agosto uma tendência marcadamente positiva, que pode indiciar a concretização de mais um trimestre, a seguir ao segundo, de recuperação forte da economia.

O indicador diário de actividade económica publicado pelo Banco de Portugal, que tem revelado uma forte correlação com a evolução do PIB, tem apontado para uma variação homóloga durante o terceiro trimestre do ano que é, em média, de 5,5%, o que se traduz também numa variação em cadeia em torno de 3,5%.

Se o PIB viesse a registar, no terceiro trimestre, um ritmo de crescimento deste tipo, a economia portuguesa ficaria numa posição muito favorável, mesmo em caso de algum abrandamento na parte final do ano, para atingir no total de 2021 uma taxa de crescimento próxima de 5%, isto é, cerca de um ponto percentual acima do projectado pelo Governo em Abril.

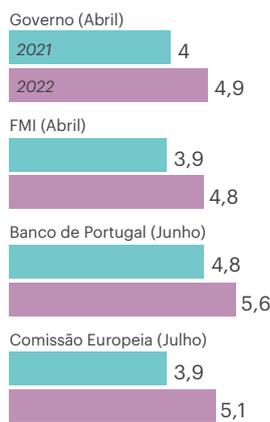
E, além disso, este tipo de aceleração da economia ao longo deste ano, por causa do efeito-base que provoca na variação do PIB, torna bastante mais simples que se atinjam níveis de crescimento mais elevados no ano de 2022, acima dos 4,9% com que o Governo esperava, no Programa de Estabilidade, conseguir cortar o défice para 3,2% do PIB.

“O segundo trimestre foi muito forte e, durante o terceiro trimestre,



As previsões de crescimento para Portugal

Variação anual do PIB, em %



Notas: FMI reviu de Abril para Julho as previsões para a zona euro de 4,4 para 4,6 em 2021 e de 3,8 para 4,3 em 2022. Comissão Europeia previa que o crescimento no segundo trimestre fosse de 3,3%, mas foi de 4,9%.

Em Setembro, o Eurosystema reviu em alta as suas previsões de crescimento para a zona euro de 4,6% para 5% este ano.

Fonte: PE 2021, FMI, Banco de Portugal, Comissão Europeia

o comportamento da economia, principalmente do consumo, continuou a ser muito positivo. Não tão forte como no segundo, mas muito positivo”, afirma Teresa Gil Pinheiro, do departamento de estudos do BPI. A economista destaca o desempenho revelado por diversos indicadores, que demonstram um regresso da economia aos níveis anteriores à pandemia: “As vendas a retalho, em Julho, ficaram já 2,6% acima de 2019, os pagamentos em multibanco superaram em 5,7% o valor de 2019 durante o mês de Agosto e mesmo as exportações de bens já registaram uma variação face ao período homólogo de 2019 de 4,1%.”

A excepção, pela negativa, continua a estar nas exportações de serviços, nomeadamente do turismo, cujos valores continuam “bastante abaixo” dos níveis de 2019. Ainda assim, assinala, “os dados relativos às partidas de aviões têm melhorado muito nos últimos meses”, dando a ideia de que “o turismo recuperou já em Julho e que recuperará ainda mais em Agosto”.

Teresa Gil Pinheiro, no cenário de elevada incerteza que ainda se vive, prefere não realizar qualquer alteração nas previsões de crescimento apresentadas pelo BPI para a econo-

mia portuguesa e que se mantêm em 4% para 2021 e 5,1% para 2022, valores apenas ligeiramente superiores aos do Governo.

Já no departamento de análise do Millennium BCP, as expectativas são mais positivas. A economista Mária Rodrigues explica que “a evolução do PIB no segundo trimestre revelou uma forte recuperação da economia portuguesa”, o que contribuiu para o banco “reforçar a perspectiva” de um crescimento do PIB de 5,1% já este ano.

Para além disso, a economista acredita que há três grandes razões para que, nos próximos trimestres, a retoma da actividade económica prossiga. Em primeiro lugar, a expansão do consumo “deverá continuar a beneficiar do elevado nível de poupança acumulado pelas famílias nos trimestres anteriores e da recuperação do mercado de trabalho”.

11/10

Proposta de Orçamento do Estado deverá ser apresentada a 11 de Outubro. Conselho das Finanças Públicas, OCDE e Bdp divulgam projecções antes



Em Abril, João Leão apontava para taxas de crescimento do PIB de 4% este ano e 4,9% no próximo

Depois, no que diz respeito ao investimento, existe o efeito positivo gerado pela “implementação de importantes projectos ao abrigo dos fundos europeus”. Por fim, é de esperar a “aceleração do processo de retoma das exportações, num quadro de aumento crescente do turismo, beneficiando de um maior controlo da situação pandémica a nível global”.

Para o Governo, esta melhoria das expectativas económicas significa um ganho de espaço de manobra na construção da proposta de orçamento. Se o cenário macroeconómico for mais favorável do que o apresentado em Abril no Programa de Estabilidade, o executivo pode, mantendo-se tudo o resto igual, contar com uma evolução ainda mais positiva das receitas fiscais. E assim, fica com a opção, no processo de negociação do OE que entra agora na sua fase decisiva, de definir metas mais ambiciosas de redução do défice, mesmo abaixo de 3%; ou, em alternativa, pode assumir mais medidas com impacto orçamental negativo.

Antes da apresentação da proposta do OE, agendada para o próximo dia 11 de Outubro, Conselho das Finanças Públicas, OCDE e Banco de Portugal irão apresentar novas projecções para a economia.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 16 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.465 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€

Público



Champions
Ajax esmaga Sporting e FC Porto empata com Atlético de Madrid
Desporto, 36 a 38



Arte portuguesa
Grande exposição colectiva sobre a luz traz de volta o Museu Berardo após a pandemia
Cultura, 28/29

Cancro
Começou nos EUA ensaio clínico com imunoterapia criada em Portugal
Ciência, 27

Governo vai manter máscaras obrigatórias em espaços fechados

Executivo deverá antecipar decisão sobre última fase do plano de desconfinamento na próxima semana

O Governo tenciona manter a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços fechados. A decisão deverá ser adoptada pelo Conselho de Minis-

tros da próxima quinta-feira, 23 de Setembro, se então se confirmar que 85% da população residente em Portugal já está integralmente vacinada.

No início da terceira fase do plano de desconfinamento, os restaurantes, os cafés e as pastelarias poderão funcionar sem limite de lotação de

peçoas, quer nas esplanadas, quer no interior. Todos os estabelecimentos e equipamentos deixarão também de ter limites de ocupação,

assim como espectáculos culturais e eventos como casamentos e baptizados. Hoje, os peritos reúnem-se no Infarmed Sociedade, 14/15

UE Von der Leyen quer melhorar capacidade de resposta na saúde e na defesa



Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, propôs ontem a criação de uma série de novas agências europeias para

melhorar a preparação e capacidade de resposta da União Europeia a crises, que tanto podem ser sanitárias como de

defesa e segurança, tal como no Afeganistão, nas fronteiras externas, nos sistemas de informação ou no ciberespaço. O

seu discurso sobre o Estado da União foi um bom diagnóstico das fraquezas, mas não foi mobilizador Mundo, 18/19

Coimbra

Mudança do TC passa agora, mas arrisca chumbo na votação final

Abstenção do PS garante aprovação na generalidade do projecto do PSD, que esquerda considera eleitoralista Destaque, 2/3 e Editorial

Carta Aberta

Mais de 60 figuras pedem regulação do uso da cannabis

Opinião, 7

Crescimento

Sinais de retoma forte dão mais margem para o OE2022

Ritmo de crescimento da economia em Julho e Agosto pode ajudar as contas do Orçamento do Estado do próximo ano Economia, 22/23



Atrasos no pagamento do abono de família põem “em causa a equidade social”

Natália Faria

Depois de 196 queixas no primeiro semestre deste ano, a Provedoria de Justiça já pediu explicações à Segurança Social

O Instituto de Segurança Social está a processar com muito atraso o abono de família pré-natal e a reavaliação do escalão de rendimentos para efeitos de atribuição do abono de família para crianças e jovens. À Provedoria de Justiça chegaram, só no primeiro semestre deste ano, 196 queixas de utentes. E, porque se trata de um atraso que “põe em cau-

sa a equidade social relativamente a famílias de menores recursos”, a provedora de Justiça, Maria Lúcia Amaral, já fez seguir um pedido de explicações ao organismo presidido por Rui Fiolhais.

Durante o ano passado, já tinham chegado à Provedoria de Justiça 183 queixas. Ainda assim, menos do que as quase 200 queixas recebidas no primeiro semestre do corrente ano. E, como lembra Maria Lúcia Amaral, estes atrasos comprometem não apenas o recebimento pelas famílias daquelas prestações pecuniárias, mas também o acesso a outros apoios sociais por parte das famílias mais carenciadas.

A Acção Social Escolar, por exem-

plo, é indexada ao abono de família, cujo escalão ajuda a determinar se a criança ou jovem tem direito a refeições gratuitas ou mais baratas na escola e a comparticipação no material escolar ou até no alojamento em residência familiar. Do mesmo modo, as bolsas de estudo, destinadas a combater o abandono escolar entre os alunos de menores recursos, são ou não atribuídas em fun-



Provedora diz que atrasos comprometem o acesso a outros apoios sociais das famílias mais carenciadas

ção do abono, como lembra ainda a provedora, Maria Lúcia Amaral, apontando ainda os exemplos da tarifa social de electricidade e da majoração do subsídio de desemprego, concedida aos agregados monoparentais e àqueles em que ambos os membros de um casal com filhos menores estejam a receber subsídio de desemprego.

Pedindo explicações sobre as razões para tais atrasos, a provedora de Justiça solicita ainda esclarecimentos quanto às medidas “que se encontram previstas para que, em tempo útil e atento, sobretudo, no próximo ano escolar, se retome a eficácia na apreciação e decisão dos pedidos apresentados”, lê-se no ofício.



Conjuntura

CIP quer Fundo Ambiental a atenuar aumento do preço da energia

A Confederação Empresarial de Portugal (CIP) defende que o Fundo Ambiental deve ser utilizado para atenuar o aumento do preço da energia e assegura que tem vindo a falar com o executivo sobre o assunto.

“Temos vindo a falar com o Governo, não apenas com o senhor ministro do Ambiente, Matos Fernandes, mas também com o senhor secretário de Estado [Adjunto e da Energia]

João Galamba, e até com o senhor ministro da Economia [Pedro Siza Vieira] para, de alguma maneira, se aliviar este efeito conjugado catastrófico, porque estamos com a tempestade perfeita”, afirmou ontem António Saraiva, presidente da CIP, durante a conferência de imprensa. Os preços da energia têm atingido máximos históricos nos últimos dias, o que já levou o executivo espanhol

a reduzir a componente fiscal, aprovando uma série de medidas para baixar o preço, entre elas a redução de 5,11% para 0,5% do imposto especial sobre a electricidade, cobrado na factura às famílias e empresas.

O líder da CIP mencionou ontem a possibilidade de se recorrer ao Fundo Ambiental face à conjugação do preço do gás natural e do dióxido de carbono. “O que se está a ver é a

almofada que existe do Fundo Ambiental, que se pensava que andaria na casa dos 150 milhões de euros. Sabemos hoje que andarão mais nos 270 milhões. Temos aí uma almofada que o Governo pode – e eu digo: deve – utilizar para reduzir este efeito conjugado que o gás natural e o preço do CO2 [dióxido de carbono] lamentavelmente nos trazem”, referiu o presidente da CIP. **Lusa**



Afinal, vamos pagar mais ou menos impostos?



POR **CECÍLIA MEIRELES** / Deputada do CDS-PP

Nas semanas antes da apresentação do Orçamento do Estado, são habituais os anúncios, promessas e reivindicações do Governo e dos vários partidos que com ele negociam. Neste ano, as coisas estão a correr como é habitual, com a diferença de que, com a proximidade de eleições, as reivindicações se vão tornando mais estridentes e as promessas vão perdendo completamente a vergonha.

Foi com este pano de fundo que o primeiro-ministro decidiu lançar uma estranha discussão à volta da possibilidade de desdobramento do terceiro e do sexto escalões de IRS, que, aliás, muito seguiram, passando completamente ao lado da questão essencial que tem de ser esclarecida o mais depressa possível. É óbvio que o que o Governo tem de esclarecer, o mais depressa possível, é se vamos ou não pagar mais impostos. Ou seja, afinal de contas, a carga fiscal vai diminuir ou não? É que se não vai diminuir (e até agora tudo indica que não vai), então isso quer dizer que ou o IRS se vai manter ou há impostos que vão aumentar para compensar as mexidas no IRS.

Convém lembrar que os governos do PS prometeram, várias vezes, baixar a carga fiscal, sem que tenham cumprido a promessa, tendo a carga fiscal aumentado, em vez de descer. Por isso, parece-me que é de desconfiar desta ideia de discutir os escalões do IRS, em vez de discutir pura e simplesmente a descida do IRS.

Vamos falar claro: se o objetivo é baixar o IRS, então o caminho mais rápido e óbvio é baixar as taxas – seja em alguns ou em todos os escalões. Ou seja, as pessoas (ou pelo menos as pessoas com alguns rendimentos) teriam de entregar uma percentagem mais baixa dos seus rendimentos ao Estado, este ano. Simples assim.

Como nem o primeiro-ministro nem os partidos que estão a negociar com ele puseram esta hipótese em cima da mesa, isso significa que o objetivo da mexida nos escalões é bem diferente.

Ter um IRS com cada vez mais escalões e mais “classes” de rendimento significa que, de cada vez que há um acréscimo de rendimento, o Estado vai buscar uma percentagem também maior desse rendimento. Ou seja, se, com esforço, com sacrifício e com mérito, um contribuinte conseguir

ganhar um bocadinho mais, então o Estado vai buscar-lhe uma percentagem superior de rendimento, penalizando o seu esforço e retirando-lhe parte substancial da recompensa.

Não é por acaso que um sistema com cada vez mais escalões de IRS é a grande reivindicação dos comunistas. É precisamente porque ela anula a ideia de que se pode subir na vida com trabalho e com mérito e de que o rendimento que temos é fruto desse esforço. E é também precisamente por isso que os partidos que querem ser uma alternativa a este Governo devem dizer claramente que o objetivo tem de ser baixar o IRS, e não fazer engenharia social com escalões – e muito menos aumentar a anestesia fiscal, aumentando ainda mais a quantidade de impostos indiretos, taxas e taxinhas sobre tudo e mais alguma coisa. ■■

visao@visao.pt



JOSE CARLOS CARVALHO

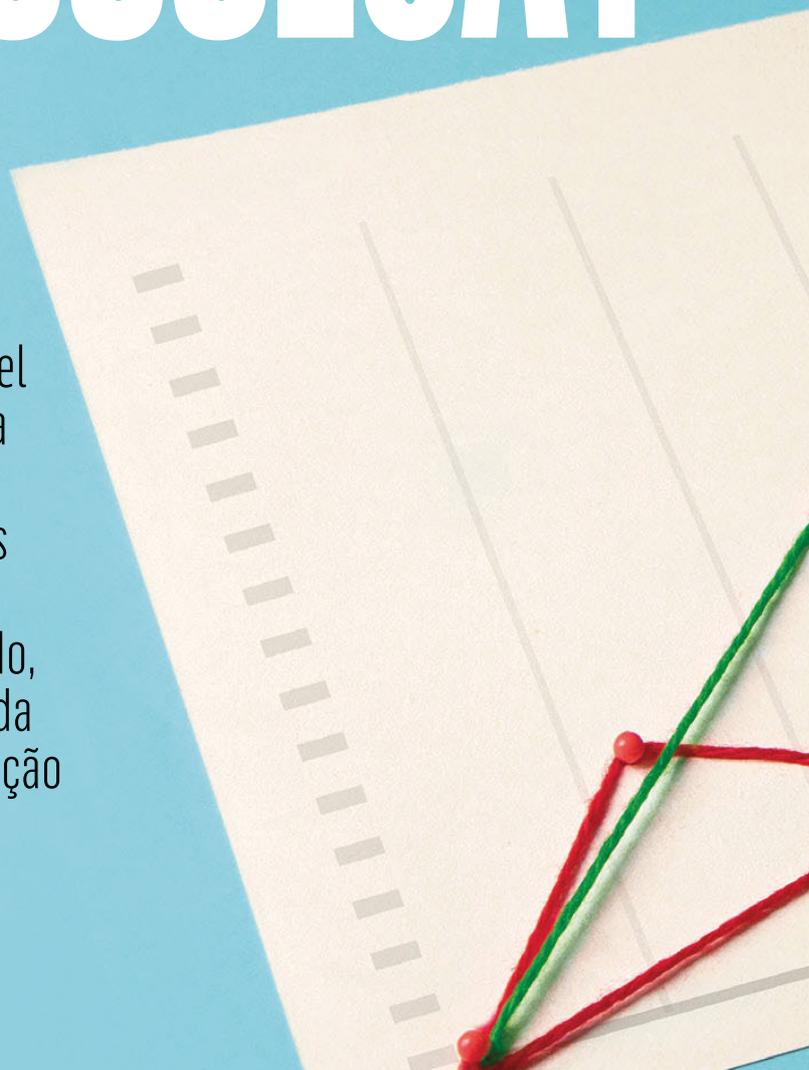
Convém lembrar que os governos do PS prometeram, várias vezes, baixar a carga fiscal, sem que tenham cumprido a promessa, tendo a carga fiscal aumentado, em vez de descer. Por isso, parece-me que é de desconfiar desta ideia de discutir os escalões do IRS

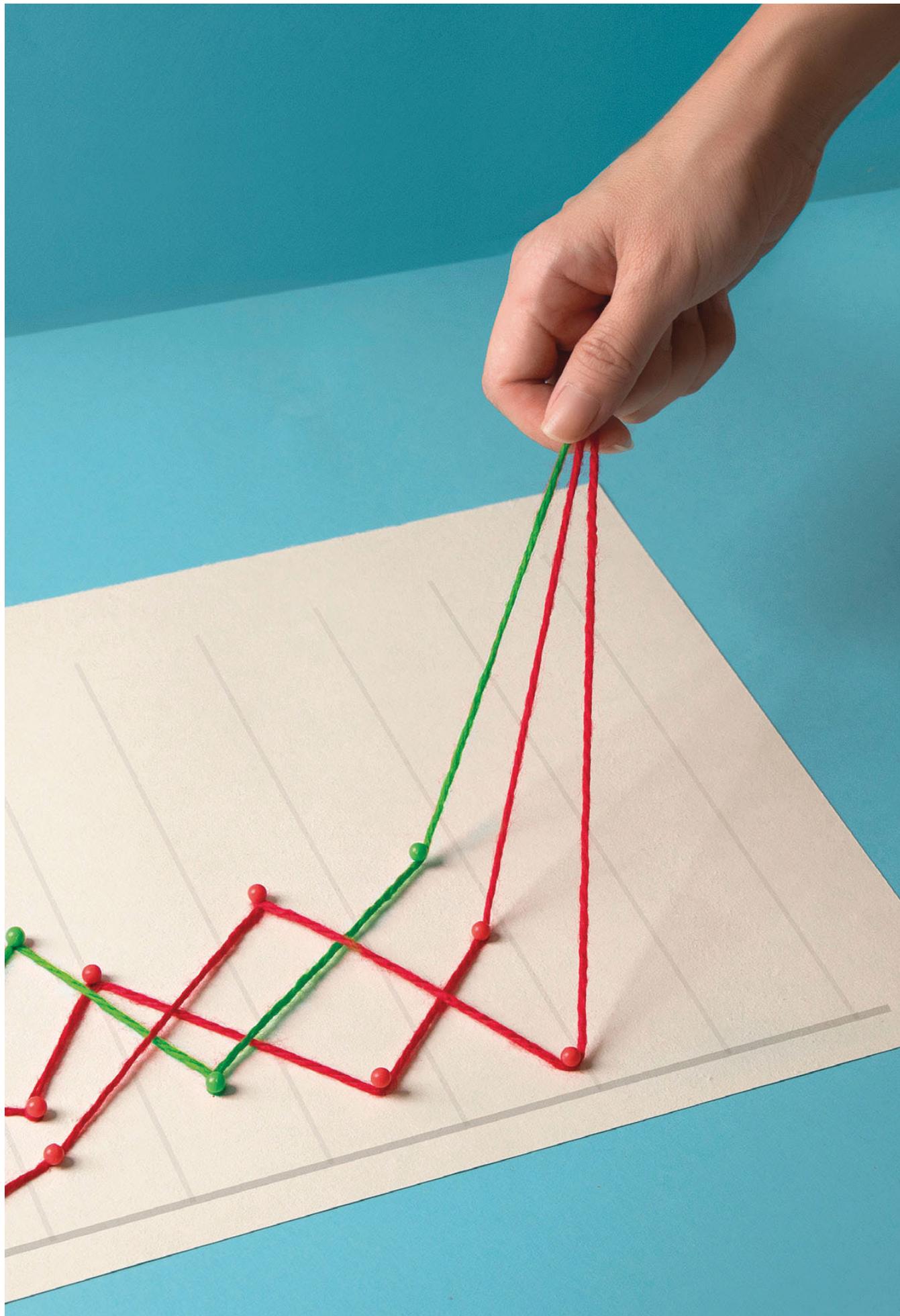
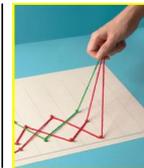


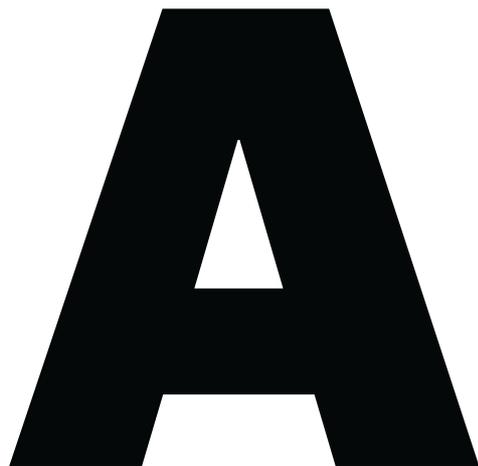
QUE FORÇA TEM A RETOMA PORTUGUESA?

Um crescimento recorde no segundo trimestre, emprego em máximos históricos e exportações de bens de regresso ao nível pré-pandemia. A economia portuguesa começa a exercitar os músculos. Mas ainda está abaixo de 2019, com um turismo moribundo, riscos enormes na gestão da pandemia e uma preocupação chamada moratórias

 NUNO AGUIAR







Afinal, uma recuperação em V ainda é possível? O desconfinamento permitiu à economia dar um salto, ao mesmo tempo que a injeção de fundos públicos parece ter sido bem-sucedida na proteção do emprego. Os indicadores avançados também sugerem que a retoma continuará a bom ritmo, levando a revisões em alta das previsões de crescimento. O que explica este comportamento da economia portuguesa? E que riscos ainda existem?

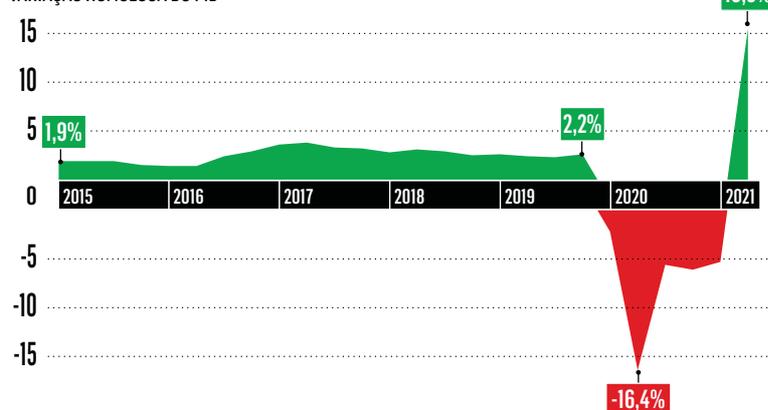
O número mais comentado chegou há um mês, quando foi anunciado que a economia portuguesa cresceu uns históricos 15,5% entre abril e junho deste ano face aos mesmos meses de 2020. Um resultado conseguido porque se partia de uma base baixa e que nem sequer compensa totalmente a quebra do segundo trimestre do ano passado (-16,4%). Muito dependente do turismo, Portugal foi das economias mais afetadas pela crise e é um dos 14 países da UE que ainda não regressaram aos níveis de produção de riqueza de 2019.

No entanto, ele sinaliza que, à medida que as restrições desapareçam, a economia tem força para acelerar. Quando se compara com o trimestre anterior, depois da maior quebra em cadeia, Portugal dá o segundo maior salto da Europa (4,9%). Este dinamismo da primavera, conjugado com outros indicadores avançados, está a motivar um maior otimismo sobre o crescimento deste ano. O ISEG reviu recentemente em alta a sua previsão e o ministro das Finanças espera que as suas próprias estimativas sejam superadas em 2021 e 2022. Quanto mais o ano avança, mais otimistas as instituições têm ficado – Comissão Europeia e Banco de Portugal esperam uma variação do PIB acima de 5% no próximo ano.

No pico da crise, já tinha sido assim. Embora tenha sido a segunda maior recessão de sempre (-7,6%), a contração da economia foi inferior às previsões de todas as instituições, inclusivamente do Governo. Com apoios públicos ambiciosos, a atividade aguentou-se melhor do que muitos esperavam. Agora, na

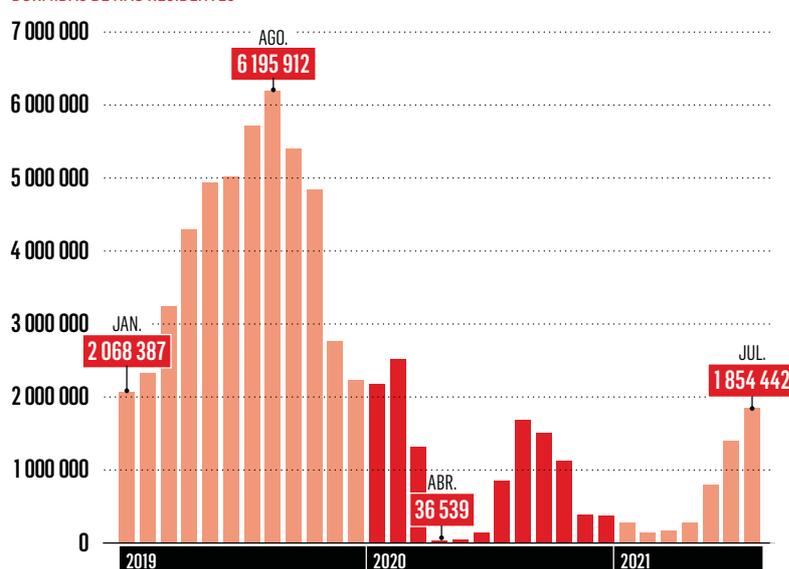
Economia dá um salto

VARIAÇÃO HOMÓLOGA DO PIB



Turismo muito longe do pré-crise

DORMIDAS DE NÃO RESIDENTES

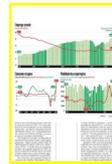


15,5%

PIB
A economia portuguesa cresceu a um ritmo recorde no segundo trimestre

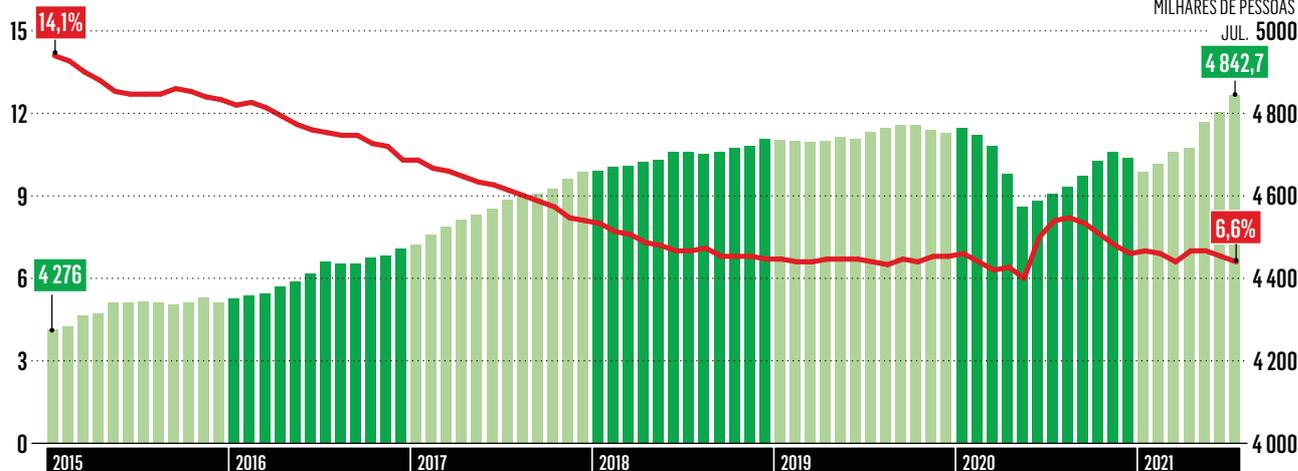
retoma, podemos estar a assistir ao mesmo. “O crescimento do segundo trimestre sugere que, em condições de controlo da crise sanitária e ausência de restrições, a economia tem potencial de crescimento e de regresso ao nível de atividade anterior à crise”, diz à VISÃO António da Ascensão Costa, professor do ISEG. “É de esperar que continue a crescer nos próximos trimestres a ritmos relativamente elevados.”

Ainda há poucos indicadores para o verão, mas eles também sugerem boas notícias. “Em julho e agosto a maior parte da informação aponta para a persistência de uma tendência favorável, de contínua recuperação, ainda que a um ritmo mais moderado”, aponta Paula Carvalho, economista-chefe do BPI, destacando “as vendas a retalho, os pagamentos ele-



Emprego recorde

TAXA DE DESEMPREGO



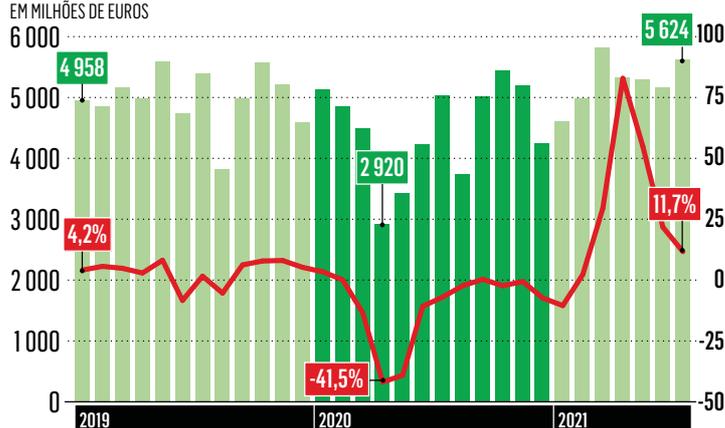
Consumo recupera

VARIAÇÃO HOMÓLOGA DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS E INVESTIMENTO



Vitalidade das exportações

VENDA DE BENS AO EXTERIOR E A SUA VARIAÇÃO HOMÓLOGA



FONTE INE INFOGRAFIA MT/VISÃO

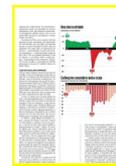
trónicos ou as exportações de bens, todos eles já acima dos níveis de 2019”. Por outro lado, apesar de provavelmente ser um problema temporário, a produção industrial atravessa dificuldades devido aos “estrangulamentos nas cadeias de produção globais, a escassez de *inputs* ou produtos intermédios”.

João Borges de Assunção, coordenador do NECEP da Universidade Católica, pede alguma perspetiva. “Ainda estamos muito longe do PIB trimestral do final de 2019. 4,6% abaixo”, refere à VISÃO. “A melhor forma de interpretar os dados do segundo trimestre de 2021 e do terceiro trimestre de 2020 é que há um forte ressalto sempre que se reduz de forma significativa o grau de confinamento da sociedade.”

Isso é bastante claro quando falamos de consumo das famílias. Reprimidos duran-

te meses devido à pandemia, os gastos dos portugueses saltaram 18,1%, com avanços em todas as componentes, mas em especial bens duradouros, como carros ou eletrodomésticos. Porém, no caso do investimento, a resiliência é anterior. Com um grande peso da construção – vale metade do total –, o investimento só caiu num trimestre desde o início da crise, tendo vindo a acelerar desde esse momento.

Segundo o BPI, esse bom desempenho é explicado pela intervenção pública. O Estado realizou “uma série de investimentos necessários para o combate à pandemia, nomeadamente equipamento médico, ou a aquisição de material informático” escolar. O banco nota também que outro tipo de gastos, como a compra de material circulante para o Metro de Lisboa, terá “limitado quedas mais fortes de



algumas das componentes” do investimento, assinalando ainda a proximidade de eleições autárquicas como um empurrão importante. O investimento público cresce 2,5% ao ano desde 1996. Em ano de autárquicas? O ritmo médio é de 14,6%.

Na relação do País com o exterior, há duas histórias a contar. A primeira é de exportações de mercadorias que, até julho, já superaram mesmo os valores vendidos em 2019, antes da pandemia. Por outro lado, as exportações de serviços – essencialmente os gastos dos turistas estrangeiros – continuam muito longe do pré-crise (-36% no segundo trimestre). Com as viagens e a circulação muito condicionadas, a normalidade pode demorar a chegar. Só no mês de julho, as dormidas de turistas estrangeiros estavam 3,9 milhões abaixo de 2019 (-68%).

O QUE SE PASSA COM O EMPREGO?

Talvez a maior surpresa esteja no mercado de trabalho. A taxa de desemprego de julho desceu para 6,6%. O mesmo valor de fevereiro do ano passado, antes do primeiro confinamento. Os números do desemprego têm gerado frequentemente bastante ruído, mas se olharmos para a população empregada, a conclusão é ainda mais impressionante: 4,84 milhões de portugueses têm trabalho, um máximo pelo menos desde 1998. São mais 238 mil do que no mesmo mês de 2020 e mais 89 mil do que em 2019.

Como se explica que um país ainda em crise, com uma pandemia ativa e restrições no terreno, esteja a bater recordes no mercado de trabalho? Francisco Madelino, antigo diretor do IEFP, resume assim: “Políticas públicas de emprego, contratações na indústria, recuperação do turismo, muitos empregos apoiados e o facto de ainda não conseguirmos ver os efeitos negativos do fim das moratórias. São esses os motivos para o emprego estar a surpreender.”

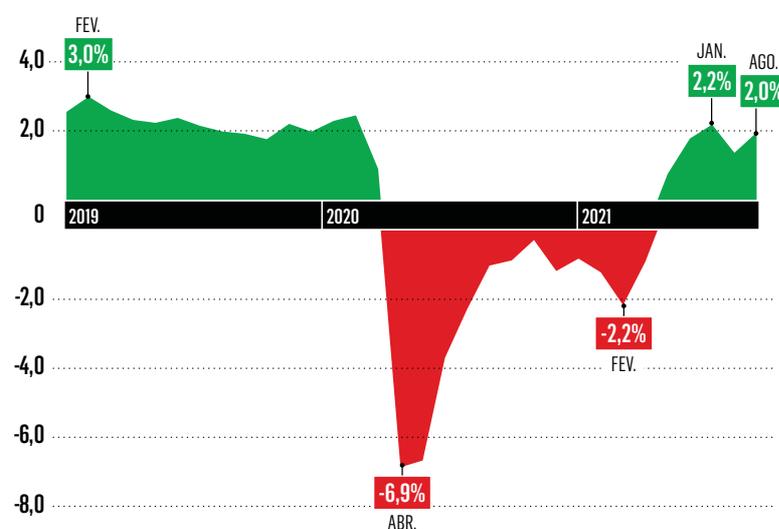
À VISÃO, o atual diretor do INATEL coloca a atuação do Estado como fator central. “A crise mudou o contexto e levou os governos a colocarem mais funcionários públicos, principalmente na saúde”, explica. De facto, no último ano, foram contratados quase 26 mil funcionários públicos, que estão agora muito perto do nível mais elevado de sempre.

Além disso, “há um conjunto de setores que não são considerados da Administração Pública, mas que estão correlacionados”. Madelino refere-se a quem está integrado em programas ocupacionais dos centros de emprego. Em julho, eram 114 mil. Bem mais do que os 80 mil do mesmo mês do ano passado. “O IEFP paga para essas pessoas estarem em lares ou IPSS. E essas pessoas respondem nos inquéritos do INE que estão empregadas.”

Do lado do setor privado, os dados do INE mostram uma indústria a contratar (mais 43 mil no segundo trimestre) e uma construção

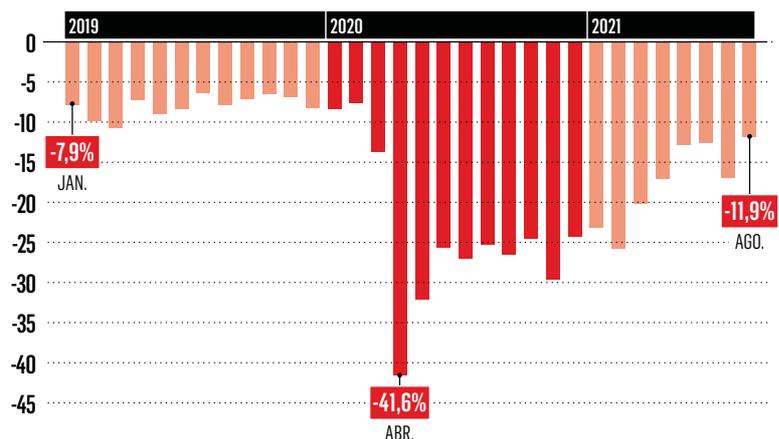
Bons sinais na atividade

INDICADOR DE CLIMA ECONÓMICO



Confiança dos consumidores ainda a escalar

INDICADOR DE CONFIANÇA DOS CONSUMIDORES



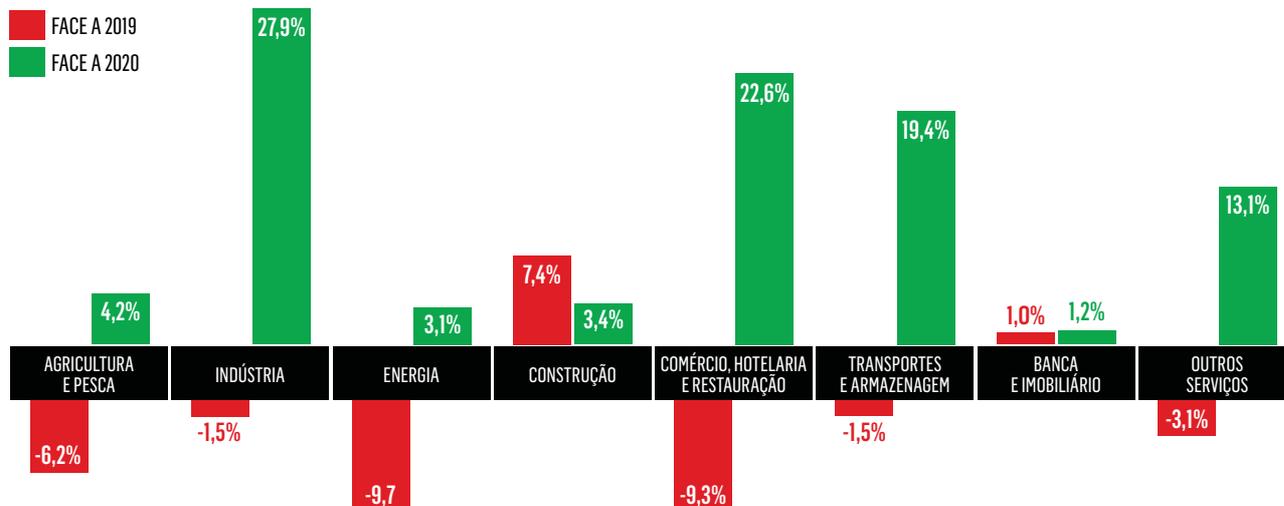
que não foi travada pela pandemia – é, aliás, com a banca e o imobiliário, o único setor que já cresce face a 2019. “O segmento industrial, principalmente a metalomecânica, tem continuado a exportar. E é ano de eleições – a construção tem até tido falta de mão de obra.”

Contudo, ainda é cedo para saber se são números sustentáveis. Os negócios vão reagindo à procura e muitos contratos são temporários. Alguns sinais de vida de certos setores, como o turismo, podem ser provisórios e, entre o layoff simplificado e o apoio à retoma, há ainda 44 mil trabalhadores abrangidos. “Além do apoio público, a reabertura de atividades parece ter sido acompanhada pela contratação de novos empregados pelas empresas para tentar ganhar o momento”, sublinha Ascensão Costa. “Mas esta situação pode ter sido pontual



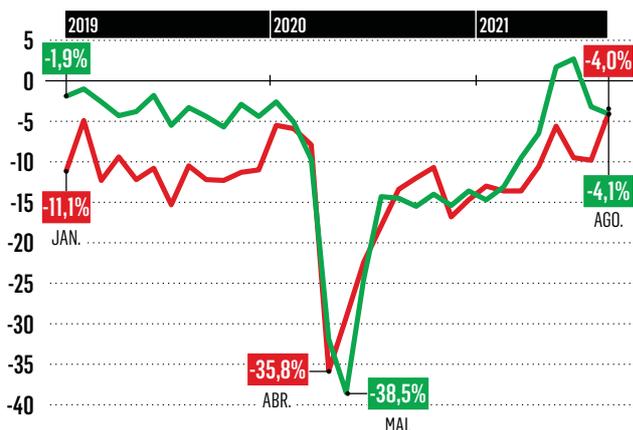
Só construção e imobiliário estão acima de 2019

VARIAÇÃO DO VAB DO SEGUNDO TRIMESTRE POR SETOR



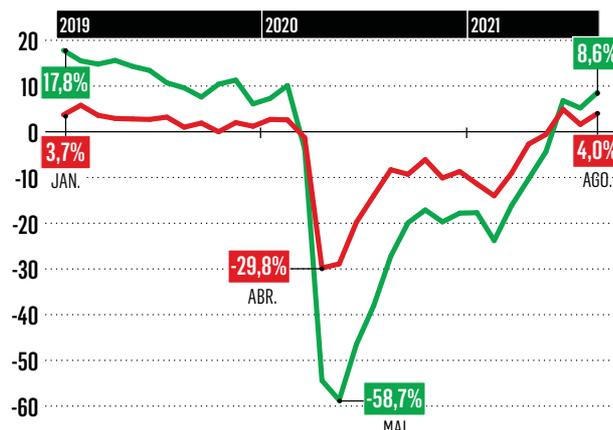
Indústria e construção mais pessimistas

INDICADOR DE CONFIANÇA NA INDÚSTRIA E CONSTRUÇÃO



Comércio e serviços mais otimistas

INDICADOR DE CONFIANÇA NO COMÉRCIO E SERVIÇOS



FONTE INE INFOGRAFIA MT/VISÃO

e pode vir a retroceder em alguns setores. Sem uma recuperação económica consolidada não há garantias de que a situação no mercado de emprego esteja estável.”

À ESPERA QUE O FURACÃO PASSE

Todos os economistas contactados pela VISÃO aconselham cautela na interpretação dos dados económicos. A natureza da crise pandémica arrasta a atividade por altos e baixos e, embora Portugal tenha uma das maiores taxas de vacinação do mundo, o aparecimento de uma nova variante pode ser suficiente para colocar em causa muito do progresso.

Mais: é necessário lembrar que o Governo só consegue manter a economia à tona porque tem um enquadramento europeu muito favorável. As regras orçamentais estão suspensas,

3,4%

PIB
Mesmo com o crescimento recente, a economia ainda está 3,4% abaixo do mesmo trimestre de 2019

pelo menos, até 2023; e o BCE continua muito ativo nos mercados de dívida, mantendo os juros controlados.

A continuação desta política europeia é uma das incógnitas. Mas há outras: qual será o impacto do final das moratórias de crédito? O PRR aumentará o potencial da criação de riqueza em Portugal? O turismo regressará à dimensão que tinha em 2019? Quantas empresas afundarão assim que os apoios públicos desaparecerem? “É claro que, uma vez resolvido o problema sanitário, algumas sequelas económicas irão permanecer ou levar mais tempo a resolver”, espera Ascensão Costa.

A economia portuguesa está ainda no meio de uma tempestade. Só quando o furacão Covid-19 passar é que poderemos avaliar totalmente os estragos. visao@visao.pt



A NEWSMAGAZINE MAIS LIDA DO PAÍS

WWW.VISAO.PT



Nº 1489 . 16/9 A 22/9/2021 . CONT. E ILHAS: €3,70 . SEMANAL

ECONOMIA
A SOLIDEZ
DA RETOMA
PORTUGUESA

VISÃO

AUTÁRQUICAS
DUELOS QUE
FIZERAM
HISTÓRIA

QUANTO VALE
O CHEGA?

GENÉTICA

O SUPERPODER DAS MULHERES

VIVEM MAIS E O SEU SISTEMA IMUNITÁRIO É MAIS FORTE
– RESISTEM MELHOR A CERTAS DOENÇAS INFECCIOSAS
E TÊM UMA RESPOSTA MAIS EFICAZ À VACINAÇÃO. O QUE DIZ
A CIÊNCIA SOBRE A FORÇA DOS DOIS CROMOSSOMAS X



GRÁTIS



GUIA
COM ESTA EDIÇÃO



A Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, preside ao Conselho Superior do MP.

MP alerta para omissão sobre o controlo das bases de dados do SEF

PARECER O Conselho Superior do Ministério Público detetou falhas e omissões nos diplomas do governo que extinguem o SEF e transferem as suas competências para outras entidades.

TEXTO VALENTINA MARCELINO

O Conselho Superior do Ministério Público (CSMP), presidido pela Procuradora-Geral da República, Lucília Gago, detetou falhas e omissões nos diplomas do governo que formalizam a extinção do SEF e transferem as suas competências administrativas para uma nova entidade designada Serviço de Estrangeiros e Asilo (SEA) e as policiais para a GNR, PJ e PSP. Num parecer a que o DN teve acesso, enviado a pedido da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdade e Garantias – onde as propostas vão ser discutidas na especialidade –, o CSMP manifesta especial preocupação com a “omissão” relativa às bases de dados policiais geridas pelo SEF.

Estas bases de dados são uma das grandes mais-valias do SEF e podem ser também para GNR, PJ e PSP nas competências que lhes estão destinadas. Permitem monitorizar entradas e saídas de estrangeiros, a sua localização e permanência em território nacional. Entre

elas estão, por exemplo, o SIS II – Sistema de Informações Schengen (que indica as pessoas que são alvo de restrições de circulação no espaço Schengen e documentos extraviados ou com problemas); o VIS – Sistema de Informação de Vistos da União Europeia (UE); o Eurodac, onde estão todos os registos de impressões digitais partilhadas com as polícias da UE; o APIS – Sistema de Informação Antecipada de Passageiros, que regista as informações que as transportadoras aéreas facultam ao SEF sobre os estrangeiros que transportam para território nacional; o SIBA – sistema que monitoriza o registo de estrangeiros em unidades hoteleiras nacionais; o Passe-Rapid, que regista as entradas e saídas de estrangeiros em postos de fronteira; o Sistema de Passaportes, que regista todos os dados destes documentos; e o Sirene, que neste momento está no Ponto Único de Contacto do Sistema de Segurança Interna, onde também está alojada informação de suspeitos estrangeiros, docu-

mentos e viaturas em circulação na União Europeia.

Na Resolução de Conselho de Ministro (RCM) de abril de 2021, que estipulava as linhas gerais do novo modelo, era indicado que estas bases de dados seriam geridas pelo novo SEA, sob tutela do ministro da Administração Interna. O facto de se tratar de uma entidade administrativa a tratar de bases de dados com informações criminais

Salienta o CSMP que das 14 entidades que têm “competências de gestão”, o SEF é o único “serviço especializado de guarda de fronteiras para o controlo de pessoas”.

suscitou, desde logo, dúvidas. “Colocar estas bases de dados nas mãos de civis é um autêntico golpe de Estado. É o governo a ter acesso por via administrativa ao que não deve ter”, afirmou Acácio Pereira, presidente do Sindicato da Carreira de Fiscalização e Investigação Criminal, que representa os inspetores do SEF.

No entanto, conforme constatou o CSMP nos diplomas que enviou ao parlamento, não há sequer referência às bases de dados. “Alerta-se que, na qualidade de Órgão de Polícia Criminal e no quadro das suas competências de controlo fronteiro de pessoas, o SEF possui bases de dados que contêm vastíssima informação respeitante a investigação criminal (...). Suscitam-nos preocupação, as omissões assinaladas, nomeadamente, aquela que respeita à futura gestão, acesso e controlo das bases de dados do SEF, bases de dados com vastíssima informação relativa a investigações criminais”.

Neste parecer o CSMP assinala

ainda algumas incongruências. Lembra que numa anterior RCM, aprovada em agosto de 2019, foi escrito que “a aspiração de ter migrações seguras, ordenadas e regulares, afirmada de forma inequívoca pela comunidade internacional através da adoção do Pacto Global das Migrações pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 19 de dezembro de 2018, encontra-se em fase de concretização, a nível nacional, através da aplicação do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações”. No entanto, é assinalado, a “reformulação” que decorre da reorganização proposta pelo governo “não se encontrava prevista” nesse Plano Nacional.

Recorda também que “o novo modelo europeu de Gestão Integrada de Fronteiras, ou modelo IBM (Integrated Border Management)”, transposto para Portugal, determina que “os Estados-Membros asseguram que os guardas de fronteira sejam profissionais especializados e devidamente formados, tendo em conta um tronco comum de formação (...) definido e desenvolvido pela Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas”. De acordo com o que está escrito no parecer, estes programas de formação “devem incluir formação especializada em detetar e lidar com situações que impliquem pessoas vulneráveis, tais como menores não acompanhados e vítimas de tráfico”.

Salienta o CSMP que das 14 entidades (da Administração Interna, Justiça, Mar, Defesa e Finanças) que têm “competências de gestão (também nas dimensões de vigilância, fiscalização e controlo)” é o SEF o único “serviço especializado de guarda de fronteiras para o controlo de pessoas”. O CSMP sublinha que os diplomas irão “alterar, de modo significativo, o modelo em vigor, nomeadamente, no que diz respeito ao controlo de pessoas na fronteira externa que tem vindo a ser assegurado pelo SEF”.

São ainda assinaladas outras duas falhas. Uma relativa às “intervenções do SEF” nos Gabinetes da Europa e Interpol, previstas na Lei de Organização de Investigação Criminal, em relação às quais os diplomas são “absolutamente omissos”; outra relativa à integração do SEA no Conselho Superior de Segurança Interna (CSSI) – um órgão de consulta, presidido pelo primeiro-ministro que integra os dirigentes dos serviços de informações, todas as forças e serviços de segurança, Forças Armadas e Ministério Público. “Sob o ponto de vista técnico, questiona-se o fundamento legal para que o diretor-geral do Serviço de Estrangeiros e Asilo, entidade com atribuições exclusivamente administrativas, a criar, venha a integrar o CSSI”, é afirmado.

valentina.marcelino@dn.pt

Fundado em 1864

Diário de Notícias

www.dn.pt / Quinta-feira 16.9.2021 / Diário / Ano 157.º / N.º 55 666 / € 1,30 / Diretor-geral editorial Domingos de Andrade / Diretora Rosália Amorim / Diretor adjunto Leonídio Paulo Ferreira / Subdiretora Joana Petiz

MINISTÉRIO PÚBLICO ALERTA NÃO SE SABE QUEM CONTROLA A BASE DE DADOS DO SEF

PARECER Conselho Superior do MP, liderado pela procuradora-geral da República, Lucília Gago, está preocupado com as falhas que detetou nos diplomas do governo que extinguem o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e transferem as suas competências para outras entidades.

PÁG. 8

Segurança
Oficial da GNR punido teve louvor por dar sangue

PÁG. 11

Marcelo antecipa Infarmed
"Discutir ampla abertura" e regras claras para escolas

PÁG. 9

Autárquicas levam líderes à rua
Costa tenta segurar resultado, Rio luta por um melhor do que o de 2017

PÁGS. 4-6

União Europeia da Defesa
Von der Leyen diz que "é tempo de avançar para o nível seguinte"

PÁG. 20



Cry Macho
Eastwood procura o paraíso perdido em novo western

PÁGS. 26-27



FERNANDO FONTES / GLOBALIMAGENS

INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA DO AUTISMO AO PARKINSON, CÓDIGOS DO CÉREBRO ABREM PORTAS A NOVAS TERAPIAS

Miguel Castelo-Branco, investigador em Coimbra, revela descoberta na área neurológica. PÁGS. 12-14

CHAMPIONS SPORTING GOLEADO NO REGRESSO. PORTO ARRANCA EMPATE PROMISSOR EM MADRID PÁGS. 24-25



Os professores fizeram-se acompanhar de cartazes que ilustram as lutas que travam

Ensino artístico especializado. “O ME recusa-se a resolver este problema”

Os docentes de artes visuais e audiovisuais apelaram ao Executivo que abra um concurso de vinculação extraordinária para os profissionais em situação precária.

MARIA MOREIRA RATO
maria.rato@ionline.pt

Aproximadamente cem professores das escolas públicas do ensino artístico especializado – artes visuais e audiovisuais – protestaram ontem em frente à Assembleia da República, denunciando o facto de a lei não estar a ser cumprida.

Presente na manifestação esteve José Costa, presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL), que apoiou os colegas das escolas António Arroio, em Lisboa, e Soares dos Reis, no Porto. “Estes são professores que exercem como contratados/precários funções que são permanentes nestas escolas, alguns há 10, 15 ou mais anos”, diz, em declarações

ao *i*, aludindo aos cartazes em que se liam frases como “Um professor de técnicas especiais exerce uma arte que escolheu partilhar. Sem essa partilha não há ensino artístico especializado”, “Nunca tive um projeto de vida, pois todos os anos começo apenas com uma certeza: em agosto acaba o contrato” ou “Tenho 10 anos de serviço, sempre no ensino artístico, sempre com contratos sucessivos e horário completo”.

A PRECARIIDADE “ETERNA” “O Ministério da Educação (ME) recusa-se a resolver este problema, mantendo esta situação de precariedade eternamente. Mesmo quando a Assembleia da República votou favoravelmente uma

lei que permite resolver parcialmente esta situação com um concurso de vinculação extraordinária, o PS votou contra e está a tentar por via do Tribunal Constitucional que a lei seja considerada inconstitucional”, afirma, referindo o texto que redigiram para o pedido de audiência para 15 de setembro que não se concretizou porque o primeiro-ministro estava ausente.

“Apesar das inúmeras diligências feitas junto do ME e das propostas apresentadas pela Fenprof, os seus responsáveis nunca tiveram disponibilidade para, sequer, abordar o problema em qualquer das poucas reuniões realizadas”, lê-se no documento ao qual o *i* teve acesso e que foi entregue no Palácio de São Bento.

“Quanto à negociação de um quadro legal que dê resposta ao problema, esse, como todos os processos negociais propostos pela Fenprof, esbarrou no bloqueio imposto pelo ME de alguns anos a esta parte”, continuam, acrescentando que os professores das escolas anteriormente mencionadas têm exposto as suas preocupações aos responsáveis da tutela, assim como aos deputados, “através das mais diversas iniciativas parlamentares”, porém, ainda não colheram os frutos da sua luta.

“A última, decerto decorrente da passividade do Ministério em

relação a esta situação, foi a aprovação de uma lei que, contudo, não foi respeitada pelo Governo, ficando por realizar, como a lei estabelecia, um concurso de vinculação extraordinário, que deveria ter ocorrido até meados de agosto”, criticam, tendo em conta que o Executivo remeteu o diploma para o Tribunal Constitucional e, deste modo, não se pode prever a data de publicação do acórdão.

O PCP entregou ontem um requerimento para a audição do ME acerca da precariedade destes docentes, lembrando no documento que não existiu nenhum concurso extraordinário de vinculação desde 2018, nem foi criado um regime específico de seleção e recrutamento para os professores que são vítimas de “uma manifestação injusta”.

No passado dia 20 de maio, a AR aprovou três projetos-lei do BE e do PCP, cujo objetivo primordial passava pela revisão do regime geral de recrutamento e mobilidade e vinculação dos professores das artes visuais e dos audiovisuais. Antes da votação final global, que conduziu à aprovação dos diplomas, os três projetos foram votados em especialidade pelo plenário, a requerimento dos proponentes.

A abstenção ou o voto contra do PAN, CDS-PP e IL decorreu em relação a alguns artigos dos diplomas, mas todos foram aprovados.

Os responsáveis do Ministério “nunca tiveram disponibilidade para abordar o problema”

O PCP entregou um requerimento para a audição do Ministro da Educação



MAI ouvido no Parlamento a propósito dos festejos do Sporting

O ministro Eduardo Cabrita rejeitou responsabilidades nos festejos do passado mês de maio.

O ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, afirmou que a audição sobre o inquérito Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) aos festejos do Sporting, aquando da vitória do campeonato nacional de futebol, é “verdadeira da época passada” e que “prova o desespero do PSD”.

O ministro foi ouvido na comissão parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias a pedido dos sociais-democratas. “É uma audição ‘sui generis’, que prova o desespero do PSD e a ausência de justificação para esta audição verdadeiramente da época passada”, disse, frisando que “não compete à PSP” organizar o modelo de celebração e que a autoridade “fez aquilo que era adequado num quadro particularmente difícil”.

“A PSP não pode dizer que o 1.º de Maio não é na Alameda, é noutra sítio qualquer, ou que o Avante! não é no Seixal, é noutra localidade qualquer. Não é competência da PSP, mas também não é do Ministério da Administração Interna”, sublinhou. No entanto, reconhece que “os festejos não correram bem”.

O ministro destacou também o papel da PSP ao garantir a segurança dos adeptos. “Foi feita uma operação de segurança que não teve os resultados dramáticos da morte que se realizou nos festejos do Atlético de Madrid, ou dos vários mortos nos festejos do campeonato de futebol, em Itália”, disse.

Sobre um possível aumento de casos de covid-19 relacionados com os festejos, Cabrita assegura: “Não resulta nenhuma correlação demonstrada entre este evento e aquilo que foi o crescimento a partir de junho/julho do número de novos casos relacionados com a variante Delta”.

Face às declarações, o deputado do PSD Duarte Marques afirmou que o ministro “lava as mãos como Pilatos” da culpa. “Fica a sensação de que o senhor ministro lava as mãos como Pilatos desta responsabilidade. O senhor ministro delegou na Câmara de Lisboa a decisão sobre os festejos do Sporting, o senhor ministro ignorou os avisos da PSP, o senhor ministro ignorou os avisos da DGS [Direção-Geral da Saúde] e preferiu deixar que a festa continuasse sem qualquer controlo”, disse o deputado.

Sobre o despacho que dava ordem à PSP para planear uma operação de segurança mediante o que foi acordado com a Câmara de Lisboa e o Sporting, Cabrita sublinha que “o despacho está transcrito no relatório” e que se trata de “um despacho meramente interno transmitido ao secretário de Estado”, recusando que o despacho tenha autorizado os festejos.

“Não vale a pena vir aqui como carpideiras vários meses depois (...) e pretender que a celebração da vitória de um clube que há 19 anos não era campeão nacional iria decorrer com a disciplina de uma peregrinação a Fátima ou celebração do 1.º de Maio organizada exemplarmente pela CGTP. Não é possível, estamos a falar de dinâmicas sociais totalmente diferentes”, acrescentou.

A PSP “fez aquilo que era adequado num quadro particularmente difícil”

O ministro disse que não há uma “correlação demonstrada entre este evento” e os casos de covid-19



Vários especialistas disseram que o evento explicou o aumento de casos em Lisboa

Bruno Gonçalves



O ÚLTIMO CONSELHO

Peritos ouvidos pelo Governo reúnem-se hoje para dar a luz verde final ao fim de limites de lotação em restaurantes, salas de espectáculos e estádios e reabertura de discotecas

Continuidade de certificados covid-19 para entrar em espaços fechados divide opiniões. Manuel Carmo Gomes defende que continuem a ser usados

“As pessoas estão a mentir mais aos delegados de saúde”, alerta Gustavo Tato Borges, da Associação Nacional de Médicos de Saúde Pública, que considera importante apelo ao civismo para continuar a ligar à Saúde 24 em caso de sintomas. Médico defende fim do isolamento para vacinados com dois testes negativos e medidas como medição de temperatura à porta de discotecas em vez de certificados covid-19

N
INEVITÁVEL



- ➔ Como estava a pandemia há um ano, como está agora e o que dizem as últimas projeções
- ➔ A nova vida das discotecas na Europa // PÁGS. 2-7



A vida dos animais de companhia vai hoje a debate

Presos por correntes, confinados em varandas e reprovados por condomínios. AR vai debater parâmetros do bem-estar animal” // PÁGS. 18-23

Eleições autárquicas no Seixal.
Um dos ringues mais violentos

// PÁGS. 8-9

Mutualista.
Contas mostram prejuízo de 86 milhões em 2020

// PÁG. 14

Eduardo Cabrita
desculpabiliza ministério de festejos sportinguistas

// PÁG. 13

EUA. Biden tenta bloquear lei que proíbe aborto no Texas

// PÁG. 16

Quintino Rodrigues
afastado da TVI por comentários “homofóbicos”

// PÁG. 32



Produção na refinaria parou dia 30 de abril. Mais de 40% dos 401 trabalhadores chegaram a acordo. Fernando foi um dos 137 funcionários despedidos, trabalhou 19 anos na Petrogal

Despedidos oficialmente 137 trabalhadores da Galp

Funcionários com vários anos de serviço ficaram sem qualquer rendimento. Retirada das unidades que compõem a refinaria vai iniciar-se ainda em 2021

DETALHES

Acordo laboral

Mais de 100 trabalhadores continuarão a atividade no parque logístico de Matosinhos, que manterá as funções de abastecimento ao mercado de combustíveis no Norte. A Câmara Municipal de Matosinhos anunciou que os primeiros beneficiários da verba do Fundo para a Transição Justa (FTJ) devem ser os trabalhadores da refinaria.

Apoio financeiro

O Fundo de 17,5 mil milhões de euros da UE, dos quais 200 milhões de euros serão para Portugal, é para compensar as pessoas e economias dos territórios que vão sofrer os impactos diretos da política de descarbonização.

Alfredo Tetxera
locais@jn.pt

MATOSINHOS O despedimento coletivo dos trabalhadores da refinaria de Matosinhos foi ontem consumado. No total, são 137 pessoas que a empresa não conseguiu recolocar e que agora ficaram sem emprego. É o “dia mais negro” para a história da Galp, como lhe chamou a comissão de trabalhadores, sendo muitas as histórias de famílias que “ficaram sem qualquer tipo de rendimento”.

Fernando (nome fictício) não quer expor o nome e a situação precária que vive. Trabalhou na refinaria de Matosinhos durante 19 anos como operador de consola na fábrica dos óleos. Em dezembro, foi apanhado de surpresa com o anúncio do encerramento da unidade e ontem foi um dos 137 trabalhadores que oficialmente foram despedidos. Durante todo o processo, a mulher ficou grávida. Ao fim de 13 anos de casamento, “aconteceu” o que tanto ansiavam. Contudo, problemas duran-

te a gravidez e no parto resultaram em graves sequelas de saúde. A mulher de Fernando deixou de trabalhar. “Ainda pedi à empresa para ficar em casa, para lhe dar apoio, mas não se mostraram sensíveis”, recorda.

A carta a oficializar o despedimento chegou a 25 de julho. “Disse que estava disponível para ir para Sines ou até baixar de categoria, mas não aceitaram”, conta. Fernando nunca teve outro emprego e, aos 46 anos, não tem perspectiva de encontrar nova profissão. “Isto é triste e sinto mágoa por tudo o que aconteceu”, diz, acrescentando que nos próximos tempos vai continuar a ser o cuidador informal da mulher.

“TODOS JÁ COM CERTA IDADE”

“O grande problema é que a quase totalidade destes trabalhadores já têm uma certa idade e muito dificilmente vão conseguir encontrar emprego e sobretudo ordenados e regalias como tinham aqui”, explicou Helder Guerreiro da Comissão Central de Trabalhadores (CCT) da

Petrogal, estrutura que ainda há uma semana afirmava que 15 de setembro “será o marco mais negro na história da empresa/grupo associado à decisão comprovadamente errada do encerramento daquela instalação”.

A Galp desligou a última unidade de produção da refinaria de Matosinhos a 30 de abril, na sequência da decisão de concentrar as operações em Sines. Após ter-se decidido pelo encerramento, a empresa encetou conversações individuais com os 401 trabalhadores, chegando a acordo com mais de 40%. Destes, de acordo com a Galp, mais de 100 continuarão a atividade, quer no parque logístico de Matosinhos quer em Sines.

Helder Guerreiro recorda contudo que, “durante a pandemia, este é o quarto despedimento coletivo que é feito, anunciando-se o encerramento definitivo sem racionalidade económica e ambiental, afetando esta decisão cinco mil trabalhadores”. O descomissionamento das unidades deverá começar antes do final do ano. ●

CENÁRIO

Estudo fala em impacto negativo para toda a região

Um estudo encomendado pela Câmara de Matosinhos à Universidade do Porto para avaliar os impactos socioeconómicos do fecho do complexo petroquímico refere que o encerramento representa perdas de 5% do PIB em Matosinhos e de 1% na Área Metropolitana do Porto. “No cenário de não existirem alternativas para o complexo de refinação da Petrogal, estima-se a perda de 1600 postos de trabalho em Matosinhos e de cinco mil na Área Metropolitana do Porto”, refere o estudo, que traça um “cenário particularmente grave” para a Região Norte.



Despedimento contestado

SANTANDER A UGT espanhola e os seus sindicatos que representam trabalhadores do Grupo Santander solidarizaram-se ontem com os portugueses do Santander Totta e comprometeram-se a defender o fim do despedimento coletivo junto das administrações do grupo em Espanha. A informação chegou em jeito de conclusão, após encontro, em Lisboa, com sindicatos nacionais.

**HOTELARIA****HILTON DE 40 MILHÕES EM GAIA CRIA 100 EMPREGOS**

Está pronto a abrir mais um hotel no centro histórico de Vila Nova de Gaia. O Hilton Porto Gaia, situado no número 124 da Rua de Serpa Pinto, resulta da conversão dos antigos armazéns de vinho do Porto do grupo Gran Cruz e ocupa uma área útil de 42 mil metros quadrados, divididos por oito pisos. Este novo cinco estrelas com 194 quartos, cujo investimento rondou 40 milhões de euros, irá criar "mais de 100 postos de trabalho diretos e indiretos". Este é um dos três novos hotéis da cadeia Hilton em Portugal. ■



Patrões pedem IVA de 10% na restauração e isenções no trabalho extra na agricultura

Raquel Martins

“São propostas exequíveis, realistas, que têm em conta a conjuntura em que vivemos. Não estamos a pedir a Lua”, afirmou João Vieira Lopes

O Conselho Nacional de Confederações Patronais (CNCP) desafia o Governo a reduzir temporariamente o IVA da restauração de 13% para 10%, durante o próximo ano, e a baixar a taxa de IRC através da criação de três escalões. Estas são algumas das propostas para o Orçamento do Estado (OE) para 2022 que o CNCP apresentou ontem e que irá discutir com o Governo e com os partidos políticos ao longo das próximas semanas.

Pela primeira vez, os patrões apresentaram em conjunto as suas propostas orçamentais, num documento que tentou condensar as principais preocupações das confederações que representam a agricultura (CAP), o comércio e serviços (CCP), a indústria (CIP), a construção e imobiliário (CPCI) e o turismo (CTP).

“São propostas exequíveis, realistas, que têm em conta a conjuntura que vivemos. Não estamos a pedir a Lua”, afirmou João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal e porta-voz do CNCP, esperando que no próximo orçamento o Governo “olhe para as empresas”.

Na área fiscal, os patrões defendem a redução da taxa intermédia do IVA de 13% para 10% durante o próximo ano, dando como exemplo o que fizeram países como a Alemanha, a Bélgica, o Reino Unido, a Áustria, a Bulgária, Chipre e a Grécia.

Além da redução temporária do IVA aplicado ao sector da alimentação e bebidas, o CNCP propõe ainda a aplicação da taxa intermédia “às bebidas alcoólicas, refrigerantes, sumos, néctares ou águas gaseificadas, quando integradas numa prestação de serviços de alimentação e bebidas”.

Embora no documento não se avale o impacto das medidas, João Vieira Lopes considera que esta alteração em particular “tem custos perfeitamente suportáveis”.

Ao nível do IRC, o CNCP apresenta aquilo a que chama uma proposta “moderada e equilibrada”, propondo a redução da taxa através da criação de três escalões, sem distinguir as empresas pela sua dimensão.

Ao mesmo tempo, e “na perspectiva da eliminação progressiva da derrama estadual”, defende que se inicie

o processo de reversão do aumento desta derrama, “de modo a abranger apenas as empresas com lucro superior a cinco milhões de euros”. Assim, a taxa de 3% seria aplicável aos lucros entre os cinco e os 15 milhões de euros; a de 5% aos lucros acima de 15 milhões até 50 milhões e a de 7% para o lucro tributável superior a 50 milhões de euros.

“Defendemos que o acordo de 2013 alcançado no Parlamento para a baixa progressiva do IRC deveria ser posto em prática. Na falta disso, propomos a criação de três escalões”, justificou João Vieira Lopes.

Os patrões concordam com a revisão dos escalões de IRS para reduzir o nível de tributação, tal como já foi anunciado pelo Governo, mas entendem que é preciso ir mais

longe e defendem que o trabalho suplementar efectuado pelos trabalhadores agrícolas deve ficar isento de IRS e de contribuições para a Segurança Social, tendo como limite 200 horas anuais.

“Com muita facilidade, uma família pode ultrapassar o escalão, se tiver um determinado rendimento acrescido. Esta medida é uma tentativa de ajudar esses agregados familiares no sentido de poderem trabalhar e ficar com o dinheiro, e para a empresa tem a vantagem de facilitar a execução desses trabalhos”, justificou Eduardo Oliveira e Sousa, presidente da CAP, alertando para a “enorme carência de mão-de-obra no período das colheitas”.

O caderno de encargos que os patrões vão entregar ao Governo

Número

13%

patrões defendem a redução da taxa intermédia do IVA, de 13% para 10%, durante o próximo ano, no sector da alimentação e bebidas

Patrões do turismo, indústria, comércio e serviços, construção e imobiliário e agricultura na conferência



DANIEL ROCHA

incluir ainda propostas para reduzir os custos de contexto, reforçar a capitalização e a tesouraria das empresas e melhorar as garantias dos contribuintes.

Aviso para o salário mínimo

Vieira Lopes fez um enquadramento das propostas ontem apresentadas, deixando um aviso ao Governo quanto ao aumento do salário mínimo nacional e às políticas de redistribuição da riqueza.

“As políticas redistributivas têm de ser articuladas com o aumento da criação de riqueza. Se não, podem esmagar o tecido empresarial”, avisou, lembrando que os rendimentos e as condições de vida dos portugueses não se determinam por decreto.

Questionados sobre se este era um aviso em relação ao aumento do salário mínimo nacional que está nos 665 euros e deverá voltar a aumentar em 2022, para chegar aos 750 euros no ano seguinte, os patrões deixaram claro que é preciso dar condições às empresas para poderem aumentar os salários de forma sustentada.

“É evidente que crescimento de despesa, seja ela privada ou pública, como invariavelmente a política salarial em geral e o salário mínimo em particular acarretam, é uma opção. Para nós, o fundamental é dar possibilidade às empresas para sustentadamente aumentarem os salários dos seus colaboradores”, afirmou António Saraiva, presidente da CIP.

“Ao contrário do que se ouve, aquilo que as empresas hoje mais querem é mão-de-obra qualificada, valorização dos seus trabalhadores e dignificação dos postos de trabalho. Mas isto não é por um estalar de dedos, sustenta-se em crescimento económico e em viabilidade das empresas para aumento dos salários, sejam eles os mínimos ou outros”, acrescentou.

Destaque Tribunal Constitucional

Mudança do TC passa, para já, mas não é certo que chegue a Coimbra

Abstenção do PS garante aprovação na generalidade de projecto do PSD, que a esquerda associa às autárquicas de Coimbra. Votação final virá depois...

Álvaro Vieira

O PS desfez ontem o tabu e anunciou que se vai abster na votação, amanhã, do projecto-lei do PSD que transfere para Coimbra as sedes do Tribunal Constitucional (TC), da Entidade das Contas e Financiamento dos Partidos Políticos (ECFPP), que funciona junto do primeiro, e do Supremo Tribunal Administrativo (STA).

Com a abstenção dos 108 deputados do PS, mesmo que todos os outros parlamentares, à esquerda e direita, juntem os seus 43 votos, serão insuficientes para evitar que o projecto seja aprovado na generalidade pelos 79 eleitos sociais-democratas. A votação final global deverá acontecer já depois das autárquicas e parece possível, pelos argumentos já esgrimidos, que haja partidos a passarem da abstenção ao voto contra.

A discussão que hoje chega ao Parlamento parte já marcada pela polémica afirmação inscrita no parecer negativo que o TC aprovou sobre o

projecto, no qual se lê que a saída da sede do tribunal para Coimbra representaria um “grave desprestígio” para o tribunal.

A transferência da sede do TC, “por decisão do poder político” que cabe a este tribunal fiscalizar, para fora da capital onde teve a sua “origem”, “teria uma carga simbólica negativa, degradando a percepção pública da autoridade, autonomia e relevância do órgão. A transferência selectiva da sede de um órgão de soberania, baseada em qualquer critério que não seja o da natureza e dignidade constitucional das funções que desempenha, não poderia deixar de constituir um grave desprestígio”, lê-se no parecer de Janeiro.

“Triste”

Confrontado com esta posição do TC, Rui Rio disse achar “triste e desolador, se calhar mais triste”, que uma “maioria dos conselheiros, não todos, diga que, se estiver fora de Lisboa, isso é desprestígio para o TC”. “Isso desprestígia quem pensa assim”, protestou o líder do PSD, alegando

que o parecer partilha de uma concepção anterior ao 25 de Abril de que tudo o que está fora de Lisboa é “provincia”. Também o reitor da Universidade de Coimbra, Amílcar Falcão, se insurgiu, ainda de manhã, na TSF, contra a referência ao risco de “grave desprestígio” para o TC: “Se calhar, não é prestigiante para o órgão a forma como se manifesta.”

Fonte oficial do TC afirmou ao PÚBLICO que o “desprestígio” a que alude o parecer nada tem a ver com Coimbra, mas apenas com a eventualidade de haver um órgão de soberania a ser “selectivamente” retirado da capital do país.

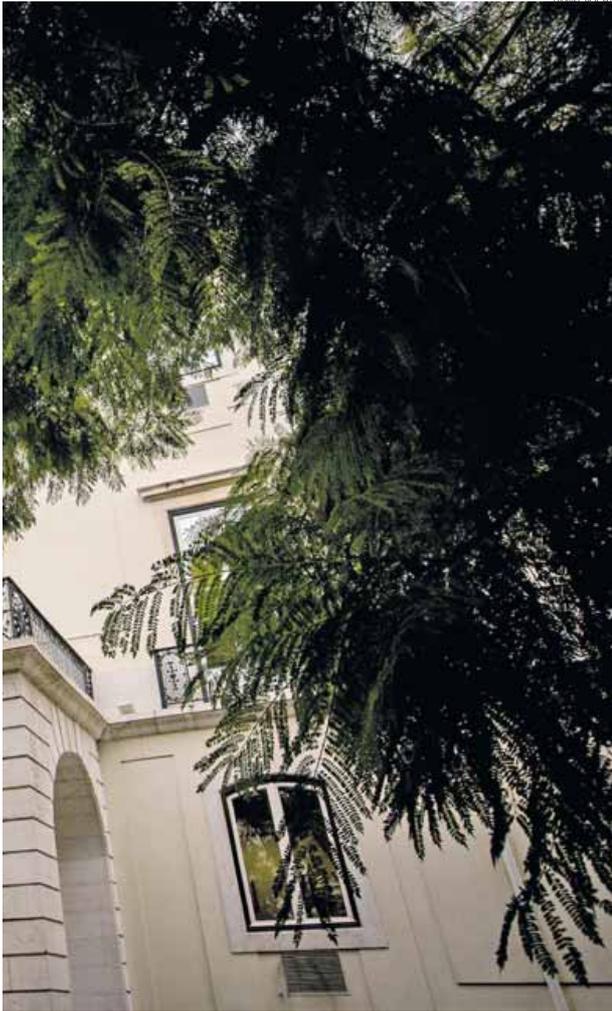
Votaram contra o parecer de 14 de Janeiro o então presidente do TC, Manuel Costa Andrade, e os conselheiros Mariana Canotilho e Lino Ribeiro. Os dois primeiros são oriundos da Universidade de Coimbra, mas também o é a conselheira Joana Costa, que, pelo contrário, votou a favor. Nas declarações de voto vencido, Costa Andrade recorda que “a parte de leão” (90%) da acção do TC diz respeito a pedidos de fiscalização con-



Associação sindical de juizes contra lobbies

O presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), Manuel Ramos Soares, foi ontem uma das vozes mais contundentes contra o projecto do PSD. Prometendo dizer na rádio o que outros “dizem apenas em surdina”, o dirigente desafiou o auditório do Fórum da TSF a recordar donde provinham os anteriores presidentes do TC e assessores, numa alusão à Universidade de Coimbra e a Costa Andrade, Sousa Ribeiro e Moura Ramos. Observou ainda que os quatro novos juizes conselheiros a eleger pela Assembleia da República são todos da Faculdade de Direito de Coimbra. Ressalvou também que a ASJP não tem posição de fundo sobre a descentralização de tribunais superiores e que a

decisão, “política”, para a qual “pode haver boas razões”, não deve temer “inconvenientes” criados a juizes e funcionários. Mas vinca que será sempre preciso questionar se as decisões “servem a equidade territorial ou lobbies de Coimbra e da advocacia”. Para Ramos Soares, se o projecto do PSD aguardou mais de um ano, não precisava de ser votado num momento em que as autárquicas em Coimbra “estão taco a taco”. “A proposta é para levar a sério? Não é”, critica. Manuel Ramos Soares disse também ao PÚBLICO que o actual presidente do TC, João Caupers, lhe expressou “grande preocupação” com as implicações logísticas de uma transferência do tribunal para a cidade de Coimbra.



creta de constitucionalidade que têm origem fora de Lisboa, e que nada têm a ver com órgãos de soberania ou o poder político, e Mariana Canotilho recorda que nada na lei estipula que o Constitucional deve ter sede em Lisboa.

A memória do Infarmed

Outras fontes do TC confirmaram ao PÚBLICO que a questão da eventual transferência para Coimbra é um assunto acompanhado com “preocupação” pelas 116 pessoas, de diversas áreas e categorias profissionais, que trabalham na sede do tribunal, o Palácio Ratton, em Lisboa, onde “têm a vida organizada”. E há quem comente que também a transferência do Infarmed para o Porto, que chegou a ser anunciada pelo Governo, acabou por não se concretizar por resistência de responsáveis e funcionários.

A abstenção dos socialistas foi ontem justificada na TSF pelo deputado Pedro Delgado Alves com o facto de o PS não ser contra “o princípio da mudança da sede das instituições

para fora da capital. Recorde-se que o próprio primeiro-ministro e líder do PS, António Costa, que a noite passada esteve numa acção de campanha em Coimbra, afirmou em 2019 que o TC “constitui um serviço pequeno que com facilidade se pode deslocar”.

Tal como todos os partidos à esquerda do PSD, o PS acusa os sociais-democratas de terem agendado para esta altura a votação do projecto entregue há mais de um ano para obterem dividendos eleitorais nas autárquicas em Coimbra, onde tentam conquistar a câmara ao socialista Manuel Machado, que reiterou ontem o apoio à instalação do TC na cidade. Rui Rio diz que foi a pandemia que atrasou o agendamento.

O PS também critica o PSD por parecer esquecer que a ECFPP fiscaliza partidos que têm quase todos sede em Lisboa e por chamar descentralizadora a uma medida que na verdade não o é. Isto por não estar em causa aproximar a decisão dos interessados, já que, no caso do TC – como o próprio Constitucional vinca também no seu parecer –, pela sua

115

É o número de trabalhadores do TC, dos quais 16 pertencem à Entidade de Contas e Financiamento dos Partidos Políticos. Há 39 elementos entre o pessoal dos gabinetes

13

Número de juizes conselheiros do Tribunal Constitucional, incluindo o presidente

4

É o número de juizes que já terminaram o mandato e que irão ver os substitutos serem eleitos pelo Parlamento

109

Número de trabalhadores do STA: presidente, cinco assessores, 24 juizes, 60 funcionários, 10 magistrados do Ministério Público e nove funcionários do CSTAF

204

Os quilómetros que o CSTAF afirma que os seus funcionários, com “forte experiência”, e “vida pessoal e familiar estabilizada” em Lisboa, teriam de percorrer diariamente para Coimbra

natureza, estes serão sempre a comunidade nacional.

O PS acusa ainda o PSD de “não ter feito o trabalho de casa”, ao não apresentar nem pedir um estudo de custo-benefício sobre a transferência.

Para Rui Rio, este rol de críticas só pode significar uma coisa: que o PS se prepara para depois das autárquicas, em sede de votação final, chumbar o projecto e “enganar Coimbra”. Ontem, o BE avisou que só amanhã decide se se abstém ou vota já contra o projecto do PSD, como PCP e PAN vão fazer. Os três convergem que o projecto visa apenas ganhos para os sociais-democratas nas autárquicas de Coimbra, insistindo todos que a descentralização pressupõe políticas de investimento e reforço dos serviços públicos e da rede de transportes, em nome da coesão territorial. António Filipe, do PCP, na TSF, considerou “extraordinário” que o partido que quer transferir o TC para fora de Lisboa seja o mesmo que “encerrou tribunais pelo país que se verificou ser necessário reabrir”.

“Inconveniente, inoportuna”

A ausência de referência a um estudo de custo-benefício no projecto do PSD leva o Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF), no parecer remetido ao Parlamento, a declarar-se “impedido de emitir uma pronúncia mais detalhada sobre a matéria”. Ressalva que não tem “uma oposição de princípio a que a sede dos tribunais superiores seja deslocada de Lisboa (...), não existindo, por conseguinte, uma posição de fundo contra a iniciativa legislativa”. “Não obstante”, considera que, “no actual contexto”, a transferência da sede do STA para Coimbra é “claramente inconveniente e inoportuna”. Por desviar atenções do importante, “a melhoria qualitativa e quantitativa do sistema judiciário”, e por inverter as prioridades, que devem ser uma reforma consistente da Justiça.

O CSTAF alerta que, ao contrário do que afirma o PSD, afastar o STA de Lisboa não afirmaria a sua independência face ao poder político, podendo até torná-lo mais dependente, ao privá-lo das “sinergias comuns” existentes em Lisboa, assim “diminuindo a sua visibilidade, poder e resiliência para exigir recursos e meios”. Ainda se estivesse em causa a criação de uma “cidade judiciária” fora da capital, para onde fossem todos os tribunais superiores e serviços comuns...

O TC também considera “improcedentes” os três motivos com que o PSD justifica o seu projecto: o reforço da independência do poder judicial face ao poder político; a descentralização das instituições, aproximando-as das populações; e a centralidade geográfica de Coimbra e o facto de funcionar na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra um centro especificamente vocacionado para o ensino da jurisprudência.

Transparência
Em dois anos, Transparência ainda não saiu do papel

Maria Lopes

A lei que criou a Entidade para a Transparência é de 13 de Setembro de 2019 mas, desde então, nada saiu ainda do papel e é possível que só comece a funcionar em 2024. Não há membros eleitos, não há instalações e as declarações de património e rendimentos continuam a ser entregues pelos políticos e altos cargos públicos no Tribunal Constitucional (TC), que não tem capacidade para um efectivo escrutínio. Mas segundo afirmou o TC ao PÚBLICO, já foi aberto o concurso público para criar e gerir a plataforma informática que vai agregar as declarações de rendimentos, património e interesses dos milhares de cargos políticos e altos cargos públicos, cujo âmbito das obrigações declarativas foi alargado há dois anos, na sequência da revisão da lei.

A decisão sobre a escolha do local para a instalar – na sede do TC, em Lisboa, não há espaço – demorou ano e meio mas já está tomada: será no Palácio dos Grilos, em Coimbra, cedido pela Universidade de Coimbra, que assegura as obras e que depois receberá uma renda mensal entre 2000 e 3000 euros. No entanto, os “longos meses de obras” de que precisa levaram o presidente do TC a estimar, em Março, que a nova entidade só esteja realmente operacional no final de 2023 ou início de 2024.

O Orçamento do Estado de 2021 estipulava que os membros da entidade fossem nomeados até 1 de Março, no entanto, João Caupers entende que tal só deve ser feito quando houver instalações definitivas, apesar de o secretário de Estado do Tesouro se ter disponibilizado para encontrar uma “solução transitória”. No Parlamento, em Maio, o governante queixou-se que o TC enviou uma longa lista de requisitos para as instalações, incluindo 12 lugares de estacionamento, pelo menos 836 m2 de área e uma dezena de gabinetes.

O processo não agrada à comissão Parlamentar de Transparência, que tem reclamado celeridade. À boleia da polémica com a proposta da transferência do TC para Coimbra, o deputado André Coelho Lima (PSD), questiona se esta demora do tribunal e a aprovação da instalação da entidade em Coimbra (que recusam para o resto do TC) será sinal de “desqualificação da entidade” e de que os juizes “a consideram desprestigiante”.



Abrir portas onde se erguem muros

Director: Manuel Carvalho Quinta-feira, 16 de Setembro de 2021 • Ano XXXII • n.º 11.465 • Edição Lisboa • Assinaturas 808 200 095 • 1,30€



Público

Champions
Ajax esmaga Sporting e FC Porto empata com Atlético de Madrid
Desporto, 36 a 38



Arte portuguesa
Grande exposição colectiva sobre a luz traz de volta o Museu Berardo após a pandemia
Cultura, 28/29

Cancro
Começou nos EUA ensaio clínico com imunoterapia criada em Portugal
Ciência, 27

Governo vai manter máscaras obrigatórias em espaços fechados

Executivo deverá antecipar decisão sobre última fase do plano de desconfinamento na próxima semana

O Governo tenciona manter a obrigatoriedade do uso de máscaras nos espaços fechados. A decisão deverá ser adoptada pelo Conselho de Minis-

tros da próxima quinta-feira, 23 de Setembro, se então se confirmar que 85% da população residente em Portugal já está integralmente vacinada.

No início da terceira fase do plano de desconfinamento, os restaurantes, os cafés e as pastelarias poderão funcionar sem limite de lotação de

peçoas, quer nas esplanadas, quer no interior. Todos os estabelecimentos e equipamentos deixarão também de ter limites de ocupação,

assim como espectáculos culturais e eventos como casamentos e baptizados. Hoje, os peritos reúnem-se no Infarmed Sociedade, 14/15

UE Von der Leyen quer melhorar capacidade de resposta na saúde e na defesa



Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, propôs ontem a criação de uma série de novas agências europeias para

melhorar a preparação e capacidade de resposta da União Europeia a crises, que tanto podem ser sanitárias como de

defesa e segurança, tal como no Afeganistão, nas fronteiras externas, nos sistemas de informação ou no ciberespaço. O

seu discurso sobre o Estado da União foi um bom diagnóstico das fraquezas, mas não foi mobilizador Mundo, 18/19

Coimbra

Mudança do TC passa agora, mas arrisca chumbo na votação final

Abstenção do PS garante aprovação na generalidade do projecto do PSD, que esquerda considera eleitoralista Destaque, 2/3 e Editorial

Carta Aberta

Mais de 60 figuras pedem regulação do uso da cannabis

Opinião, 7

Crescimento

Sinais de retoma forte dão mais margem para o OE2022

Ritmo de crescimento da economia em Julho e Agosto pode ajudar as contas do Orçamento do Estado do próximo ano Economia, 22/23



Os precipitados do costume...



Adão Carvalho

Sem que ainda tenha sido tornada pública a deliberação do Conselho Superior do Ministério Público que esteve na base da renúncia de três membros desse conselho superior e até que tenham sido tornados públicos os respetivos fundamentos, já o bastonário da Ordem dos Advogados e o PSD vieram emitir comunicados atacando a decisão daquele órgão e socorrendo-se de chavões como “lei da rolha”, “censura” ou “corporativismo”.

A deliberação em causa foi tomada por um órgão plural e democrático, pelo que só por mera leviandade, precipitação e oportunismo político se pode falar em censura ou corporativismo.

O Conselho Superior do Ministério Público é o órgão que detém as competências classificativa e disciplinar dos magistrados e a competência para nomear, colocar, transferir e exonerar os mesmos. Nele têm assento cinco vogais eleitos pela Assembleia da República e dois designados pela ministra da Justiça de entre personalidades de reconhecido mérito.

Aos vogais do Conselho Superior do Ministério Público que não sejam magistrados do Ministério Público é aplicável, com as devidas adaptações, o regime de deveres, direitos e garantias destes magistrados, entre os quais se encontra o dever de reserva que impede os mesmos de fazerem declarações ou comentários públicos sobre quaisquer processos judiciais.

Tal regime resulta de lei da Assembleia da República que aprovou o Estatuto do Ministério Público e não de qualquer deliberação interna.

As competências detidas pelo Conselho Superior do Ministério Público impõem que os seus vogais deem garantias de isenção e imparcialidade no exercício das

suas funções e que não se aproveitem das mesmas para conseguirem vantagens para interesses privados que representem na sua atividade profissional, designadamente usarem do seu poder de influência naquele órgão para condicionarem a atividade dos magistrados na condução de processos ou para prejudicarem os mesmos no âmbito disciplinar ou classificativo por causa de terem sido titulares de processos em que aqueles tenham direta ou indiretamente interesses pessoais ou profissionais.

O que esteve na base da deliberação adotada pelo CSMP foi uma interpelação do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, perante o comportamento inadmissível e intolerável por parte de um dos seus vogais que, violando os deveres a que está sujeito enquanto membro daquele órgão, sem que tenha solicitado ao mesmo qualquer autorização para o efeito, tenha não só se pronunciado sobre factos concretos de um determinado processo, em segredo de justiça, mas para além disso pessoalizado a crítica, denegrindo a atuação profissional de um magistrado do Ministério Público de forma

incompatível com as funções que exerce no Conselho Superior do Ministério Público, concretamente na avaliação e no âmbito disciplinar dos magistrados.

Não pode um vogal do CSMP ser comentador de serviço nos canais televisivos, dando palpites sobre processos em curso ou criticando a forma de atuação dos magistrados no caso concreto, e depois tomar assento naquele órgão e decidir sobre o mérito dos magistrados em causa ou fazer parte do júri num eventual concurso para progressão na carreira.

Que garantias de isenção e imparcialidade se poderão esperar deste vogal?

Não está em causa qualquer ímpeto corporativista ou de censura, mas a necessidade de garantir a independência e imparcialidade deste órgão e a própria autonomia do Ministério Público e dos seus magistrados, assegurando que nenhum magistrado possa ser perseguido ou prejudicado pelo facto de ter tido a seu cargo um determinado processo.

Presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público



Sete temas para oito líderes Fica para o próximo (presidente de câmara)

Escolhemos sete temas que vão marcar os mandatos dos 308 presidentes de câmara a eleger no dia 26. Questionámos os líderes dos oito partidos parlamentares. O presidente do CDS não teve disponibilidade. Primeiro trabalho de uma série diária que se prolonga até 20 de Setembro. **Por São José Almeida**

Coesão territorial

Se só pudesse implementar uma medida para ajudar a equilibrar o litoral e o interior do país, qual escolheria?

A coesão territorial tem como objectivo a inclusão social das populações e a equidade de oportunidades, de oferta, de serviços e de bens. Assumida como política pública pelos Estados-membros da União Europeia, tem estratégias coordenadas a nível europeu. O objectivo é combater a desigualdade e as assimetrias entre litoral e interior, que em Portugal são ainda muito acentuadas. E são-no não só no plano demográfico, mas também ao nível das actividades económicas e empresariais, das condições sociais e de oferta cultural. De um lado, os territórios do interior com baixa densidade populacional, desertificados, com uma população envelhecida e um perfil económico ainda bastante rural e sem infra-estruturas nem oferta de serviços e de emprego. Do outro lado, o litoral densamente povoado, onde se concentra a actividade económica e empresarial mais dinâmica. Uma diferença que penaliza as populações do interior e que é fruto da histórica tendência das populações do interior mais desfavorecido a migrarem para o litoral.



António Costa
Secretário-geral do PS

Bom. Infelizmente, não há nenhuma "bala de prata" que possa alterar aquilo que é um fenómeno de décadas. Agora, o mais estruturante e decisivo a fazer é termos um novo olhar sobre a geografia do nosso país. E perceber que o interior tem que se afirmar cada vez mais com uma centralidade ibérica. Isto significa assumir as regiões de fronteira como uma centralidade e não como as traseiras do litoral. Assumindo essa centralidade, como pela primeira vez vamos ter um plano de desenvolvimento conjunto das regiões transfronteiriças entre Portugal e Espanha, pode ser uma grande oportunidade para transformarmos aquelas regiões, do lado de cá e do lado de lá, que são simultaneamente as mais pobres e as mais despovoadas. E, pelo contrário, devem ser novas oportunidades e motores do nosso desenvolvimento colectivo.



Rui Rio
Presidente do PSD

É difícil, mas o objectivo é fácil. Ou seja, tinha de ser uma medida que criasse emprego. "Uma medida que crie emprego" não é uma medida que cria emprego, é uma medida que abre à criação do emprego. E que acarreta, naturalmente, investimento. Mas aí, isto está tão difícil que é preciso fazer o equilíbrio. Se não, a dada altura, há investimento, mas não há mão-de-obra. E, noutras circunstâncias, há mão-de-obra e não há investimento. Portanto, é preciso fazer este equilíbrio, tal é a situação desgraçada a que o país chegou em termo do interior.



Catarina Martins
Coordenadora do BE

Não há uma medida que equilibre, mas há uma mudança de paradigma. O que nós temos feito é: a política conforma-se com a perda de habitantes. Devemos fazer o oposto. Ou seja, em vez de fechar serviços públicos, pelo contrário, onde não há um posto de correio, onde não há um centro de saúde, mas até há gente, ter os serviços públicos para que mais gente possa lá viver. Quando pensamos no dinheiro da Política Agrícola Comum, em vez de financiar os latifundiários do costume, colocar o dinheiro do desenvolvimento rural no povoamento do território. Essa alteração de paradigma, essa, sim, é que vai equilibrar o país.



Jerónimo de Sousa
Secretário-geral do PCP (CDU)

Eu creio que é fundamental e necessário uma visão estratégica em relação a essa situação com uma questão que é incontornável. Não há harmonia nacional nem coesão sem o processo de regionalização, questão que, como é sabido, demora a ser concretizada ao fim de 45 anos. E esta medida de regionalização só pela regionalização não resolve. Desde que acompanhada de uma política de desenvolvimento económico no nosso país.



Francisco Rodrigues dos Santos
Presidente do CDS

O presidente do CDS não teve disponibilidade para responder ao PÚBLICO.



Inês de Sousa Real
Presidente do PAN

Bom. É certo que precisamos de medidas integradas, daí ser muito difícil conseguirmos escolher uma só. Mas há hoje modelos inovadores, nomeadamente as cooperativas de habitação, que podem constituir efectivamente uma novidade naquilo que é a aposta em fixar as pessoas no interior, aliadas, evidentemente, a outros factores, que promovam a aproximação e a fixação das pessoas no interior. Do ponto de vista fiscal, é fundamental que também existam aqui benefícios. Mas temos de mudar de paradigma, porque falar de habitação no interior é falar também de transportes públicos acessíveis. É falar, evidentemente, de mudar o paradigma do ponto de vista laboral e criar outras fontes de atracção, nomeadamente o turismo de natureza. Portanto, essa é uma pergunta das mais complexas, porque sabemos que precisamos de ter políticas transversais às várias áreas de governação, sem as quais não vamos conseguir diminuir as assimetrias regionais e sociais que ainda persistem no nosso país.



André Ventura
Presidente do Chega

Hoje, temos um problema grave no interior do país. É que progressivamente vamos perdendo pessoas para a emigração. E as zonas que deviam ser zonas de crescimento, não só por causa do turismo ou por causa dos novos modelos de agricultura, estão a ser completamente despovoados. Se eu tivesse de escolher uma medida para equilibrar litoral e interior, eu escolheria o apoio a empresas

para a fixação de novos lugares, de novos postos de trabalho. As empresas hoje, sobretudo as grandes empresas e as empresas multinacionais, acabam por se fixar muito no litoral do país, pelas facilidades de acesso às infra-estruturas, pelas facilidades de contactos políticos, financeiros, bancários, etc. E temos de mudar todo este modelo. Portugal tem de ser visto como um país integral, de norte a sul e regiões autónomas. Não podemos ter um país no litoral, nas grandes cidades, e um país no interior. Se eu tivesse que propor uma medida, diria que as empresas têm de ter apoios para fixar trabalho no interior. E não os apoios que têm sido dados até agora, que são insignificantes. Mas um modelo de apoio sustentável que permite olhar a dez anos, a 20 anos e a 30 anos a fixação de famílias no interior do país.



João Cotrim de Figueiredo
Presidente da IL

Volto a começar pela visão liberal. O centralismo é dos piores defeitos dos Estados mais colectivos, mais estatizantes. E isso afasta o poder de decisão das pessoas e torna as decisões tomadas sobre os territórios piores decisões. Portanto, a principal medida que deve ser tomada para que o litoral tenha iguais oportunidades de desenvolvimento às do interior é de fazer com que exactamente a delegação de competências nas autarquias seja feita de uma forma mais efectiva. E atenção, que isto não se trata apenas de delegar competências, trata-se também de delegar efectivo poder de decisão e efectiva autonomia financeira. Sem isso, não haverá desenvolvimento harmonioso de todo o território.